



UC/FPCE_2010

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações sociais de estudantes universitários
relativamente a pessoas deficientes mentais e sua
integração socioprofissional.**

Marco André Fernandes Martins Lopes (e-mail:
marcolopes28@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações sob a
orientação do Professor Doutor Joaquim Pires Valentim

Representações sociais de estudantes universitários relativamente a pessoas deficientes mentais e sua integração socioprofissional

O presente estudo teve como objectivo identificar as representações sociais de estudantes universitários relativas à deficiência mental. Realizou-se uma breve revisão bibliográfica, onde percebemos que a informação sobre deficiência mental é ainda reduzida, sobretudo no que concerne à população adulta. Nota-se ainda mais a escassez de informação quando se trata do processo de integração socioprofissional deste tipo de população. Desta forma, pretendemos, em primeiro lugar fornecer uma ligação mais concreta relativamente aos dois temas centrais desta investigação, deficiência mental e representações sociais, e ao mesmo tempo tentar perceber de que forma, estas percepções afectam o processo de transição de pessoas com deficiência mental para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: deficiência mental, representações sociais, transição para o mercado de trabalho.

Social representations of university students for mentally disabled people and their socio-professional integration

The goal of this study was to identify the social representations of college students on mental disability. There was a brief literature review, where we perceive that information about mental disabilities is still low, especially with regard to the adult population. Note also the lack of information when it comes to the process of socio-professional integration of this type of population. Thus, we intend in the first turn provide a more concrete connection for the two central themes of this research, mental disability and social representations, and at the same time trying to understand how these perceptions affect the transition of people with mental disability to the labor market.

Key Words: mental disability, social representation, labor market transition.

Agradecimentos

Esta Investigação significa o culminar de uma fase da nossa vida, repleta de acontecimentos marcantes e inesquecíveis, que contribuíram para o nosso crescimento e enriquecimento, e que jamais esqueceremos.

Deste modo os meus agradecimentos vão:

Em primeiro lugar, como é óbvio, para o Professor Doutor Joaquim Pires Valentim, pelos seus conselhos, indicações e acompanhamento constante, em suma, pela sua excelente orientação.

Ao excepcional grupo do NEFOG pelo esforço desenvolvido, pelo apoio demonstrado em nos proporcionar as condições necessárias para a execução desta investigação

Aos meus pais e irmãos, pela disponibilidade que demonstraram em todos os momentos, pela força que deram nas fases mais difíceis e pelo orgulho transmitido desde sempre.

À Tânia, pelo apoio constante, pela presença assídua, pela paciência constante e pelo encorajamento fundamental.

Por fim agradeço a todos os familiares e amigos, que por alguma razão não nomeei e, que de forma directa ou indirecta, colaboraram na realização deste estudo.

A todos vocês o mais profundo e sentido OBRIGADO!

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual e justificação da problemática a estudar	3
Definição e evolução da temática da deficiência mental	3
Representações sociais da deficiência mental	7
Integração socioprofissional: transição para o mercado de trabalho	10
II – Objectivos	17
III – Metodologia	18
IV – Resultados	21
Pessoa com deficiência mental	21
Pessoa com êxito profissional e pessoal	22
Pessoa que conhece bem	23
Processo de transição para o mercado de trabalho por parte dos deficientes mentais	23
V – Discussão	26
VI – Conclusões	31
Bibliografia	33
Anexos	37

Introdução

As pessoas com deficiência mental, tal como todas as outras, possuem um comportamento pessoal e social muito variável, com especificidades próprias, não se tratando portanto de um grupo homogêneo, que partilhe das mesmas características cognitivas, sociais e comportamentais. Devem ser vistas como pessoas com necessidades e características próprias, que vivem numa sociedade com padrões de desempenhos complexos (Alonso & Bermejo, 2001; Castilho, 2003; Pacheco & Valencia, 1997).

Além disso, a deficiência mental, de entre as várias deficiências que podem afectar um ser humano, é das mais significantes, pois atinge a parte mais sofisticada do corpo humano, o cérebro, tratando-se portanto de um tipo de deficiência difícil de lidar (Sotelo, 2008).

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, nos dados relativos à população com deficiência em Portugal, o número de pessoas com deficiência recenseadas em 12 de Março de 2001 no nosso país cifrou-se em 634 408 (333 911 homens e 300 49 mulheres), representando 6,1% da população residente (6,7% da população masculina e 5,6% da feminina), sendo que a população com deficiência mental situou-se nos 0,7%, representando 0,8% na população masculina e 0,6% na população feminina (INE, 2002). Calcula-se ainda que os deficientes mentais representam cerca de dois por cento da população mundial (Sotelo, 2008).

Estes dados, revelam-se por si só suficientemente significativos para que a questão da deficiência mental seja hoje em dia equacionada em termos de um novo paradigma. No entanto, será também importante analisar as importantes alterações na forma de abordar a questão da deficiência mental, que temos observado ao longo das últimas décadas, e que confluem no modo como actualmente pensamos e olhamos para este tipo de população, nas suas vertentes éticas, sociais, políticas e educativas (Alonso & Bermejo, 2001).

Actualmente, existe já uma quantidade significativa de informação relativa à deficiência mental (mais direccionada para crianças), assim como diversas medidas criadas com o objectivo de facilitar a sua integração na sociedade activa. Estamos deste modo, perante um fenómeno multidimensional, e de grande importância, que diz respeito não só à área da saúde, mas também remete para diversas vertentes sociais, nomeadamente a educação, o emprego e os direitos humanos (Castilho, 2003; Ferreira, 2000; Sotelo, 2008).

Numa sociedade cada vez mais industrializada, onde o trabalho e o emprego produtivo se assumem de importância vital para a realização pessoal, torna-se necessário investir na formação e a integração socioprofissional dos indivíduos possuidores de algum tipo de deficiência. Neste sentido, as políticas de reabilitação e integração que têm vindo a ser implementadas, existem para assegurar às pessoas com deficiência uma mais ampla participação na vida social e económica, assim como a maior independência possível (Reis & Peixoto, 1999). Como resultado da actual

legislação e das políticas direccionadas para as pessoas deficientes, assistimos também a um aumento significativo do contacto entre pessoas ditas “normais” e pessoas deficientes (Gibbons, 1981).

A educação especial tem também sido alvo de uma enorme evolução, uma vez que surgem constantemente novas investigações e novas teorias neste âmbito, assim como a tecnologia, que tem sido cada vez mais utilizada ao serviço das pessoas com necessidades educativas especiais, contribuindo muito para a independência e educação especial deste tipo de pessoas (Reis & Peixoto, 1999).

Um outro aspecto indicativo da mudança paradigmática refere-se à introdução da problemática do atraso mental no campo dos direitos humanos. Neste sentido, torna-se importante pensar na emergência de uma sociedade inclusiva, que acolhe todos e a todos pertence, e onde todos se esforcem no sentido de melhorar e facilitar o desempenho, a adaptação e a satisfação das pessoas cujas suas capacidades mentais são diminuídas (Alonso & Bernejo, 2001; Sotelo, 2008).

Neste contexto, as atitudes dos outros desempenham um papel fundamental, pelo que será para nós importante avaliar de que forma é que as pessoas deficientes mentais são de facto representadas pela restante população, tendo em especial atenção a influência que possam ter no processo de transição do sistema educativo para o contexto socioprofissional. Neste âmbito, o termo representação social torna-se um conceito fundamental neste trabalho, podendo ser definido como o resultado das interacções e dos processos de comunicação que ocorrem dentro de um grupo social, e que por consequência vão reflectir a sua situação, os seus problemas, estratégias e as suas relações com outros grupos (Vala, 2006).

Ao longo da história da Humanidade, é recorrente observarmos que muitas condições sociais têm sido consideradas como deficientes, reflectindo normalmente este facto um julgamento social, julgamento que se vai requintando e sofisticando à medida que as sociedades se vão desenvolvendo tecnologicamente, em função de valores e atitudes culturais específicos (Fonseca, 1997). No presente trabalho, tentamos então através da teoria das representações sociais, proposta por Moscovici em 1961 (cit in Vala, 2006), perceber que tipos de factores influenciam a imagem associada aos deficientes mentais.

Apesar dos evidentes esforços em materializar a tendência mais actual da integração do deficiente, tentando conferir-lhes as mesmas condições de realização e de aprendizagem sociocultural, independentemente das condições, limitações ou dificuldades que o ser humano manifeste, sabemos que a sua integração no mercado de trabalho é ainda bastante reduzida. Isto acontece muitas vezes por desconhecimento da capacidade de trabalho dos deficientes, outras vezes devido a comportamentos preconceituosos e discriminativos, aliados à crença de que este tipo de pessoas não possui competências necessárias para acompanhar as exigências impostas pelo mundo de trabalho e pela sociedade, em virtude das reais capacidades e limitações das pessoas com deficiência (Fonseca, 1997).

O comportamento social de um indivíduo vai-se construindo com base nas suas interações sociais, primeiro na família e depois na escola. No entanto, quando se depara com o momento de transição para um contexto profissional, torna-se necessário adequar e aprender novas competências sociais com o objectivo de prevenir ou modelar comportamentos desajustados, que possam por em causa a sua integração socioprofissional. Se para as pessoas sem qualquer tipo de limitação este é um processo complicado, para os indivíduos portadores de deficiência mental trata-se ainda de uma fase mais delicada, por todas as suas limitações inerentes (Miguel et al., 2000).

Numa altura em que a tendência actual se pauta pelo desenvolvimento de um mundo cada vez mais global, a participação activa de todos os intervenientes sociais torna-se de facto essencial (GRACE, 2005), pelo que por muito insignificante que seja, espera-se que este trabalho surja como mais um meio de desmitificar e esclarecer alguns preconceitos que existam relativamente à deficiência mental e à sua inclusão profissional.

Sendo assim, com o objectivo de permitir a compreensão desta investigação, iniciaremos este trabalho com um enquadramento conceptual, justificando a problemática a estudar, com base na definição e evolução do conceito de deficiência mental. Prosseguimos depois esta vertente mais teórica deste estudo, com uma breve descrição do conceito “representações sociais”, para em seguida, de forma mais objectiva, abordarmos a questão das representações sociais relativas a pessoas deficientes mentais, complementando esta secção com a análise de alguns estudos similares. A componente teórica ficará completa com a abordagem das condições envolvidas no processo de transição escolar para o contexto socioprofissional. A segunda parte será dedicada à investigação que será levada a cabo por nós, onde se expõe os objectivos, hipóteses e pressupostos deste estudo, assim como a metodologia utilizada. A parte final incidirá na apresentação dos resultados obtidos, bem como na sua análise, no sentido de conseguirmos oferecer as conclusões a que nos propusemos inicialmente.

I – Enquadramento conceptual e justificação da problemática a estudar

Definição e evolução da temática da deficiência mental

A história do interesse pela deficiência mental começou há vários milhares de anos atrás, tendo sido os gregos em 1552 a.C., e depois os romanos em 449 a. C., os primeiros a reconhecerem a existência de pessoas com atraso mental (Reis & Peixoto, 1999). De facto, em todas as sociedades e culturas encontramos referências directas à existência da deficiência mental, pois encontram-se relatos referentes a seres humanos com uma aprendizagem mais lenta do que outros (Alonso & Bermejo, 2001; Reis & Peixoto, 1999).

Ao analisarmos a história da deficiência mental, observamos que tudo

aquilo que fugia à compreensão do Homem era considerado demoníaco, era algo que advinha do mal (Ferreira, 2000), e uma vez que nestas sociedades mais “primitivas”, o primeiro objectivo do Homem era a sua própria sobrevivência, todos aqueles que fossem considerados fracos e doentes (onde eram incluídos os deficientes mentais), eram abandonados ou até mesmo mortos, para que se aumentassem as probabilidades de sobrevivência da restante população (Reis & Peixoto, 1999).

A perspectiva da deficiência andou sempre ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas e supersticiosas. Nos séculos XVI e XVII, a mitologia, o espiritismo e a bruxaria dominaram e afectaram a visão da deficiência, de onde decorreram julgamentos morais, perseguições, encarcerações, e outros actos desumanos. (Fonseca, 1997). Desenvolviam-se superstições e mitos, utilizando-se palavras como idiota, imbecil e burro para classificar este tipo de população, enquanto que alguns reis serviam-se deles como bobos da corte (Reis & Peixoto, 1999). Durante a Idade Média, fase em que a religião se tornou numa força dominante, os deficientes mentais eram alvo de constantes apedrejamentos e mortes na fogueira da inquisição, por serem considerados pessoas “possuídas pelo demónio” e, até ao início do século XIX, a deficiência mental nunca se impôs como um grande problema social (Castilho, 2003).

É já no decorrer do século XIX, que se iniciam os primeiros estudos científicos relativos à deficiência, incidindo sobretudo na deficiência mental. Neste período autores como Esquirol, Seguin, Itard, Galton, entre outros, destacaram-se no estudo e desenvolvimento desta temática (Fonseca, 1997). E foi em 1848 que Samuel Gridley, depois de ter dedicado grande parte da sua vida à educação de cegos, surdos e outras crianças limitadas, se tornou na primeira pessoa a defender a criação de programas educativos para crianças com atraso mental. A partir daí várias escolas foram organizadas com o objectivo de superar, ou até mesmo curar, os indivíduos com atraso mental, para que pudessem ser restituídos à comunidade com uma capacidade de vida independente. No entanto essa expectativa original jamais se materializou, pois verificou-se que apenas uma pequena parte dos alunos podia voltar à comunidade (Reis & Peixoto, 1999).

Por outro lado, tanto os trabalhos de Binet e Simon (criação do conceito de idade mental), como os de Freud (nascimento da psicanálise como técnica terapêutica), desempenharam papéis fundamentais no que respeita à educação e compreensão das pessoas deficientes (Fonseca, 1997).

Já no século XX, durante a 1ª e 2ª Grandes Guerras, surgiu a necessidade de institucionalizar a escolaridade obrigatória para as pessoas com deficiência mental e cresceu a preocupação em torno da classificação e definição da deficiência mental (Castilho, 2003).

Nesta sinopse histórica, é importante referir os períodos de pós-guerra, onde para além dos novos e importantes dados relativos ao estudo da neurologia e da patologia do cérebro, surgiu também uma atitude de mudança. Em virtude dos avanços científicos alcançados por esta altura e do aparecimento de movimentos humanitários em prol dos direitos humanos,

começou a encarar-se esta questão de um modo diferente, pois começou a perceber-se que o contexto do deficiente exige a mudança das atitudes, para posteriormente se mudarem as acções (Castilho, 2003; Fonseca, 1997).

Deste modo, os últimos anos foram muito importantes no avanço da educação, cuidados e tratamento de crianças e adultos com deficiência. Estes progressos também se fizeram sentir a nível social, onde as pessoas com atraso mental adquiriram maior oportunidade para participar nalguns dos benefícios e responsabilidades da sociedade contemporânea (Reis & Peixoto, 1999). Hoje em dia podemos considerar a existência de uma teoria que envolve naturalmente uma taxonomia própria, onde se procuram soluções educacionais para uns casos, e soluções preventivas para outros (Fonseca, 1997).

A tendência actual é a educação em estabelecimentos mais normalizados, instalações situadas dentro da comunidade, e com o carácter o menos restritivo possível (Reis & Peixoto, 1999), fruto da evolução das condições gerais de vida e das políticas socioeconómicas, e também das atitudes sociais face à deficiência mental (Castilho, 2003).

Apesar de todos estes significativos avanços, ainda hoje se mantém o problema da operacionalização/conceptualização consensual do conceito de deficiência mental (Castilho, 2003), até porque são diversas as tentativas que visam alcançar uma definição de deficiência mental, e são várias as áreas que se debruçam sobre esta temática, entre elas a psicologia, medicina, serviço social e educação (Kirk & Gallagher, 1996).

Ao longo da história da deficiência mental, foram várias as designações utilizadas para descrever tais indivíduos, desde “idiota” e “imbecil” (Esquirol), passando por “demência” (Pinel) ou “duros de ouvido” e “psicopatas” (Decreto-Lei nº. 43 752, de 24-6-61), este conceito foi sendo alvo de sucessivas alterações, reflectindo diferentes atitudes das que levaram às designações de “deficiente” e de “inadaptados” (Fonseca, 1997).

A definição mais tradicional de deficiência mental que podemos encontrar, e talvez uma das mais comuns entre os psicólogos, é simplesmente um Quociente de Inteligência (QI) dois desvios padrões abaixo da média, que no entanto é muito limitada (Gibbons, 1981).

A Associação Americana da Deficiência Mental (AAMR), fundada em 1876, representa o órgão mais antigo e prestigiado no que concerne ao estudo da compreensão, definição e classificação da deficiência mental, apresentando linhas orientadoras que sucessivamente vão sendo alvo de revisão por parte de diferentes autores (e.g., Heber, Grossman), pelo que apresenta uma das definições mais completas e consensuais (Claudino, 1997). Segundo este órgão, “Mental Retardation is a disability characterized by significant limitations both in intellectual functioning and in adaptive behavior as expressed in conceptual, social, and practical adaptive skills. This disability originates before the age of 18” (cit in American Association on Mental Retardation, 2002).

A gravidade da deficiência mental é variável. O Manual Estatístico de Diagnóstico das Perturbações Mentais, 4ª Edição (DSM-IV) é o manual mais

utilizado pelos profissionais da saúde mental nos EUA e na Europa. O DSM-IV considera que fundamentalmente a deficiência mental reflecte um funcionamento intelectual inferior à média intelectual (avaliado através de testes de inteligência estandardizados), acompanhado por limitações no funcionamento global adaptativo. O funcionamento adaptativo refere-se ao modo como os indivíduos lidam com os acontecimentos do quotidiano, e como cumprem as normas de independência pessoal, que são esperadas de pessoas de uma determinada idade. Baseando-se nestes critérios, este manual propõe uma classificação da deficiência mental segundo quatro níveis de gravidade: ligeira (Q.I. entre 50-75), moderada (Q.I. entre 35-55), grave (Q.I. entre 20-40) e profunda (Q.I. entre 20-25), sendo que estas categorias se baseiam no nível de funcionamento do indivíduo (Castilho, 2003; DSM-IV-TR, 2000).

No sentido de complementar as definições já apresentadas, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, conhecida como CIF1, considera a deficiência mental como “uma variação importante no desenvolvimento intelectual. Ela pode originar certas limitações em diversas capacidades da pessoa. Os factores ambientais, no entanto, podem afectar o grau do desempenho individual em diferentes domínios da vida.” (Organização Mundial de Saúde, 2003, p. 195).

Nas tentativas mais recentes para se encontrar uma definição de deficiência mental, verificamos que a ênfase mudou significativamente, de uma condição que existe somente no indivíduo, para uma que representa uma interacção do indivíduo com um ambiente em particular (Kirk & Gallagher, 1996).

A questão da deficiência mental passa a ser entendida sobretudo como produto do impacto funcional entre a pessoa com défices intelectuais e adaptativos e o meio onde se insere, deixando-se de considerar a deficiência mental apenas como uma característica inerente à própria pessoa (Castilho, 2003).

Esta nova dimensão da deficiência mental, que engloba as componentes intelectual e social, representa um progresso notável em relação à concepção clássica e unidimensional: a abordagem psicométrica. (Albuquerque, 2000).

A deficiência mental não é uma doença, mas sim uma condição, ou seja o portador de deficiência mental não é um doente, mas sim alguém com uma condição diferente, com as suas limitações específicas. Contudo, e apesar de bastantes profissionais terem este tipo de conhecimento, são ainda poucos os que se disponibilizam a trabalhar com este tipo de população (Ferreira, 2000).

¹ Representa uma revisão da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (ICIDH), publicada inicialmente pela Organização Mundial da Saúde, e pretende proporcionar uma linguagem unificada e padronizada assim como uma estrutura de trabalho para a descrição da saúde e de estados relacionados com a saúde

Representações sociais da deficiência mental

Pretendemos agora fornecer uma breve abordagem das representações sociais relativas à população deficiente, começando por introduzir alguns conceitos teóricos relativos a esta temática.

As pessoas não se limitam apenas a receber e processar informação, uma vez que também constroem significados e teorizam a realidade social. A sociedade tem uma certa tendência em estabelecer modelos de categorias, catalogando as pessoas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria (Goffman, 1980).

A origem do conceito de representação social advém do termo *representação colectiva* proposto por Durkheim, que considerava que as categorias básicas do pensamento teriam origem na sociedade. As representações colectivas, tal como as religiões, quando são partilhadas pela maioria dos indivíduos pertencentes ao grupo e quando são reproduzidas de forma unânime, caracterizam-se pela homogeneidade, pela estabilidade e até por uma certa rigidez. Moscovici, em 1961, decide alterar o conceito de *representações colectivas*, reformulando-o e incluindo-lhe novos elementos, aplicando-o às sociedades modernas, surgindo assim o conceito de representação social (Valentim, 2003).

Neste sentido, entre outras abordagens, surge a psicologia das representações sociais que tenta dar resposta a este tipo de questões. Esta teoria surge do questionamento de abordagens que põe em causa o pensamento dos indivíduos na constituição da sociedade, assim como daquelas que ignoram tanto o contexto social no qual os indivíduos pensam, como a sua influência na construção do pensamento (Billig e tal., 1988, cit. In Vala, 2006). Nos nossos dias, é visível um aumento significativo de trabalhos no domínio das representações sociais, que têm conduzido a uma inevitável proliferação de significados relativamente a esta teoria (Valentim, 2003).

Deste modo, segundo Vala (2006), as representações sociais são o resultado das interacções e da comunicação interna de um grupo social, reflectindo as características desse mesmo grupo, nomeadamente a sua situação, os seus projectos, problemas e estratégias para a sua resolução, assim como as relações que são estabelecidas e mantidas com outros grupos. Valentim (2003) complementa, referindo que as “representações sociais referem-se a conhecimentos ou teorias do senso comum que dizem respeito a conceitos abstractos que circulam na sociedade” (p. 21). Uma vez constituída uma representação, os indivíduos procurarão criar uma realidade que valide as previsões e explicações decorrentes dessa representação (Moscovici, 1984) De forma mais específica, a abordagem social da deficiência considera imprescindível que este fenómeno seja analisado de forma a “incluir as reacções de outras pessoas como parte integrante e crucial do fenómeno, pois são essas reacções que, em última instância, definem alguém como deficiente ou não-deficiente” (Omote, 1994, pp. 67-68).

Neste âmbito, outro conceito importante trata-se da identidade social,

que se distingue do conceito de identidade pessoal, e que deriva, segundo algumas abordagens, do conhecimento (subjectivo) que o indivíduo detém sobre as categorias ou grupos sociais aos quais sente que pertence, bem como do valor e significado emocional que atribui a essa pertença (Turner, 1982). Este sentimento de pertença a um determinado grupo, aumenta a percepção de diferença entre o “nosso grupo” e os “outros grupos”, influenciando e moldando a forma como direccionamos e organizamos os nossos pensamentos, sentimentos e reacções, face a pessoas de outros grupos. As percepções de indivíduos pertencentes a grupos distintos são naturalmente diferentes, não só devido à identidade ou pertença social dos membros, mas também em função da enorme influência exercida pelas expectativas ou avaliações estereotipadas que existem sobre membros de outros grupos (Alexandre & Waldzus, 2006).

Neste trabalho, de certa forma pretendemos então analisar as construções sociais que as pessoas fazem relativamente à deficiência mental, entendendo por “construção social” o conjunto de expectativas dirigidas aos grupos e aos indivíduos portadores de deficiência, expectativas estas que funcionarão como determinantes das inter-relações estabelecidas, e que, com todos os elementos, constituem o grupo social (Omote, 1994). Estas expectativas são reflexo das relações sociais, económicas e ambientais do grupo social. A concepção de que o atraso mental é afectado por construções sociais, e como tal, dependente de critérios sociais, científicos, e de outros, relativos aos contextos socioculturais onde são produzidos, não pode deixar de inquietar os profissionais e os decisores políticos. Desta forma, são evidentes as implicações que este tipo de concepção acarreta tanto no campo do diagnóstico, como na questão crítica da fiabilidade/validade dos instrumentos de avaliação e seus resultados, como ainda ao nível da formação de profissionais (Alonso & Bermejo, 2001).

Deste modo, as expectativas dirigidas pelos outros ao indivíduo portador de deficiência alteram-se, ou seja, o olhar passa a focar-se naquilo que destaca como imperfeição, deixando, em consequência, de ver o indivíduo como um todo, o que cria muitas vezes sentimentos de inferiorização na pessoa deficiente (Saeta, 1999).

Ainda hoje, através da análise de atitudes sociais, encontramos muito preconceito face a pessoas deficientes mentais, o que conduz muitas vezes ao seu afastamento do meio social, como se fossem portadoras de algum tipo de doença contagiosa (Ferreira, 2000). De facto, há uma certa tendência em estigmatizar as pessoas que são consideradas mais fracas (neste caso as pessoas deficientes mentais). O estigma trata-se um atributo que origina um amplo descrédito na vida de uma pessoa, e que em situações extremas é definido como “defeito” ou “falha”. Muitas vezes o diferente passa até a assumir a categoria de “nocivo” e “incapaz”. Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impondo a perda da identidade social e definindo uma imagem deteriorada. A descoberta de um estigma num indivíduo prejudica não só a situação social corrente, mas também as relações já estabelecidas e a imagem que os

outros terão dele no futuro, ou seja, a sua reputação. As consequências da descoberta de um estigma podem prolongar-se por toda a vida (Goffman, 1980).

Esnard, em 1998 realizou um estudo relativo às representações sociais da integração socioprofissional de pessoas com deficiência, onde observou duas categorias de respostas, por um lado notou uma associação entre deficiência mental e doença mental, através dos discursos que descreviam determinados comportamentos dos indivíduos deficientes. Por outro lado, foi possível verificar, através dos discursos relacionados com certos comportamentos de pessoas com deficiência e de várias referências à inteligência deste tipo de população, que havia uma certa associação entre deficiência mental e deficiência intelectual.

Num estudo similar a este, onde o objecto de estudo foram precisamente as representações sociais da deficiência mental, e a transição deste tipo de indivíduos do sistema educativo para a vida profissional, realizado por Mota (2008), verificou-se que existe ainda uma forte conotação negativa associada, tanto no que diz respeito à condição de deficiência mental, assim como relativamente ao processo de transição socioprofissional deste tipo de indivíduos. A amostra foi recolhida junto de estudantes do ensino superior, concluindo-se, no que concerne à dimensão social, as pessoas consideram que a deficiência mental é impeditiva para exercer funções laborais, o que levou à conclusão de que a representação social da deficiência mental poderá funcionar, ela própria, como uma barreira para a inclusão de pessoas deficientes no mercado de trabalho, (Mota, 2008).

Por fim, analisando os resultados de um estudo² a respeito das atitudes das pessoas face à deficiência, realizado em toda a Europa e levado a cabo pelo European Opinion Research Group (EORG) em 2001, verificamos que a esmagadora maioria dos inquiridos (97%) consideram que devem ser implementadas novas medidas com o objectivo de permitir uma melhor integração por parte dos deficientes na sociedade. No entanto, apenas uma pequena percentagem de pessoas revelam estar informadas sobre doenças mentais e/ou psicológicas. Podemos observar ainda que a maioria dos europeus não concorda com a ideia de que os deficientes são menos produtivos em termos laborais, sendo que 76% dos inquiridos não discorda com a hipótese de segregação da população deficiente. Já em 2003, num estudo sobre a discriminação na Europa, verificamos que relativamente às percepções de igualdade em termos de oportunidades em obter emprego, formação ou promoções, os inquiridos consideram que as pessoas com deficiência mental são as mais prejudicadas no mercado de trabalho, uma vez que 87% dos inquiridos considera que este tipo de população tem menos oportunidades do que qualquer outro tipo de pessoa (Marsh & Sahin-

² Este relatório destaca o facto de os seus resultados reflectirem apenas opiniões que são expressas pelos respondentes (neste caso europeus), e não necessariamente os seus comportamentos habituais.

Dikmen, 2003).

Integração socioprofissional: transição para o mercado de trabalho

Actualmente a entrada no mundo de trabalho é vista como uma forma privilegiada de socialização, que deve permitir às pessoas rendimentos, competências e estatuto social, constituindo-se como um factor fundamental para a afirmação da autonomia pessoal e, imprescindível, no sentido de se construir um projecto de vida sólido e sustentado. No entanto, as pessoas com deficiência continuam a ter bastantes dificuldades em penetrar no meio profissional (Miguel, Franco, Marafonas, Loupa, Reis & Gaspar, 2000). A ideia generalizada de que a pessoa portadora de deficiência mental é incapaz ou inapta para o trabalho tem forçosamente que ser posta de lado (Miguel et al., 2000), já que existem fortes evidências de que estas pessoas, após experiências de formação adequadas, possuem capacidades para realizarem tarefas profissionais complexas como qualquer outro indivíduo (Claudino, 1997).

De facto, a exclusão profissional deste tipo de indivíduos, é motivo de preocupação, pois, para além das limitações inerentes ao facto de não conseguirem um emprego, em termos sociais, verifica-se uma clara diminuição da participação na vida activa em sociedade. Esta capacidade reduzida de inserção no mercado de trabalho, onde se verificam desigualdades nas circunstâncias de admissão, é cada vez mais potenciadora de discriminação social dos indivíduos, o que conduz a uma consequente exclusão (FENACERCI, 2001).

As pessoas com necessidades educativas especiais, e neste caso mais específico, os indivíduos portadores de deficiência mental, sempre representaram uma minoria na sociedade. Este facto contribuiu indubitavelmente para a sua marginalização e exclusão ao longo dos tempos, tanto no acesso ao ensino, como ao mercado de trabalho, privando-os ainda de uma série de bens culturais e intelectuais, e prejudicando-os no seu processo de integração social e laboral (Manzini, 2006).

Porém, actualmente exige-se igualdade de oportunidades e de tratamento das pessoas com deficiência, em especial no acesso ao trabalho, pelo que se justifica que sejam tomadas medidas de discriminação positiva, tanto por parte de entidades públicas, como também por parte das empresas, constituindo-se como uma exigência de cidadania, a criação de condições para a sua plena integração profissional, cultural e cívica (GRACE, 2005).

Neste sentido, e como vimos já anteriormente, é importante ressaltar que nos últimos anos têm sido cada vez mais os esforços no sentido da integração das pessoas deficientes mentais no mercado de trabalho. Como prova disso, em Dezembro de 1971, foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a Declaração de Direitos do Deficiente Mental, que defende a “integração no mercado de trabalho normal” dos deficientes mentais, uma vez que devem ter os mesmos direitos e oportunidades que todas as outras pessoas (Declaração das Nações Unidas,

1971).

Relativamente à União Europeia, foi adoptado por este organismo, em 1993, uma nova estratégia intitulada “Igualdade de Oportunidades para as pessoas com deficiência”, no sentido de reduzir as desigualdades no acesso à vida profissional (Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, 2006). Neste âmbito, destaque ainda para a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, nomeadamente o seu artigo 26º sobre a “Integração das Pessoas com Deficiência”, no qual vem referido que: “a União Europeia reconhece e respeita o direito das pessoas com deficiência a beneficiarem de medidas destinadas a assegurar a sua autonomia, a sua integração social e profissional e a sua participação na vida da comunidade” (GRACE, 2005, p.14).

Em Portugal verificamos também que a legislação tem acompanhado esta questão da inclusão dos deficientes no mercado de trabalho, nomeadamente os Decreto-Lei nº 299/86 de 19-09-1986, nº 99/2003, de 27 de Agosto e nº 35/2004 de Julho, que incluem o direito que fornece” Incentivos à Integração dos Deficientes no Mundo do Trabalho”, o direito à igualdade de oportunidades e de tratamento no acesso ao emprego. O nosso país foi mesmo um dos primeiros signatários da Convenção nº 159 sobre “Reabilitação Profissional e Emprego das Pessoas com Deficiência”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que procedeu à definição de objectivos, medidas e princípios a adoptar, aos quais as políticas nacionais de reabilitação profissional e de emprego para pessoas com deficiência devem obedecer (GRACE, 2005).

Para as pessoas com deficiências, a igualdade de oportunidades, nomeadamente ao nível da formação profissional e emprego, é muitas vezes uma realidade adiada devido a condicionalismos que se prendem com a insuficiência de habilitações escolares adequadas. Neste sentido o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social assinou um protocolo para a criação de um Centro Novas Oportunidades dirigido a deficientes mentais, que entre algumas áreas de competência, inclui a Cidadania e a Empregabilidade (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006).

A formação profissional de pessoas com deficiência mental tem um objectivo psicoeducativo, pois centra-se sobretudo nas suas aptidões pessoais e nas suas possibilidades reais para a aquisição de aprendizagens profissionais. Este tipo de formação tem como principal objectivo proporcionar ao indivíduos com deficiência mental, conhecimentos e capacidades necessários à obtenção de uma qualificação profissional, que lhes permita alcançar e manter um emprego e progredir profissionalmente no mercado normal de trabalho (Instituto de Emprego e Formação Profissional, 2003).

Outro aspecto importante, no contexto da formação profissional de pessoas com deficiência mental, para o qual Fernandes (2007) chamou a atenção, tem a ver com a formação em contexto real de trabalho, também denominado como período de estágio. Este processo pode revelar-se de capital importância para uma boa integração e adaptação das pessoas com

deficiência aos postos de trabalho, permitindo desta forma maior celeridade de eficácia do ponto de vista produtivo.

Por norma, os estágios concedidos pelas empresas, além de funcionarem como um período de adaptação, em que ambas as partes (empregado e empregador) se tentam integrar e perceber se realmente funcionam, têm também a vantagem de constituir um período experimental, normalmente isento de qualquer obrigação contratual e sem grandes custos. Deste modo, para as pessoas com deficiência, este é um período que pode ser determinante, pois para além de significar um primeiro contacto com o mundo de trabalho e com as exigências que lhe estão associadas, funciona também como um meio de sensibilização perante os outros, pois coloca em contacto directo, tanto empregadores e subordinados, com as pessoas com deficiência, permitindo-lhes compreender e aceitar melhor a sua situação. Além do mais, os estágios têm ainda as vantagens, que se aplicam a qualquer tipo de pessoa, no que toca à transmissão e consolidação de hábitos e rotinas laborais, tanto ao nível de aspectos básicos como a pontualidade, a assiduidade, a higiene e a segurança, como em aspectos mais complexos como o comportamento social dentro de uma empresa, a necessidade de constante supervisão, a aquisição de responsabilidade, e ainda a partilha de conhecimento e o trabalho em equipa (Fernandes, 2007).

Desta forma, torna-se importante proporcionar a estes indivíduos aprendizagens de novos comportamentos sociais, adequados ao seu envolvimento relacional, para que eles próprios se apercebam das suas capacidades e da melhor forma de as utilizarem e rentabilizarem nas novas e diferentes situações com que se vão deparar (Miguel et al., 2000).

Neste sentido, existem os denominados Programas de Treino de Competências Sociais, que se fundamentam sobretudo num conjunto de comportamentos moldáveis, incidindo em capacidades que podem ser aprendidas ou reaprendidas, no sentido de melhorar a interação com os outros (Miguel et al., 2000).

Um exemplo de um desses programas é o Módulo para a sensibilização e integração no Mundo do Trabalho por parte dos deficientes mentais, que inclui temas como Profissões, Mundo Empresarial, Legislação de apoio, Higiene e Segurança no Trabalho e Procura de Emprego. Este módulo de formação tem como objectivo principal preparar cada um dos formandos, proporcionando-lhes competências para uma entrada com sucesso no Mercado de Trabalho (Miguel et al., 2000). De forma um pouco mais pormenorizada, este Módulo inicia-se com uma abordagem às profissões, com o intuito de que os formandos caracterizem algumas delas e percebam as suas especificidades. Depois, entra-se numa fase mais objectiva, onde é abordada a empresa, o seu funcionamento e as suas exigências a nível, pessoal, social e profissional. Neste âmbito, aspectos como a legislação e a higiene e segurança são fundamentais, pelo que são trabalhados de forma muito cuidadosa. A última etapa deste Módulo passa por fornecer competências chave, que permitam a estes indivíduos, não só a procura do emprego adequado às suas características, mas também a

manutenção do mesmo. Numa altura em que o Mercado de Trabalho é cada vez mais competitivo e agressivo, é essencial que os jovens com deficiência mental recebam a formação adequada às suas capacidades, aprendendo a gerir conflitos, e a desenvolver o seu espírito crítico e capacidade de adaptação, para que a sua integração se torne menos complexa possível (Miguel et al., 2000).

No entanto, a decisão de criar postos de trabalho para pessoas com deficiência deve ter em conta alguns obstáculos que deverão ser superados. É fundamental que se reconheça a existência do preconceito, e como tal, de modo a não dar azo a especulações, a empresa e os seus colaboradores devem estar informados e preparados para lidar com pessoas com deficiência. A aceitação da diferença na admissão de pessoas com deficiência faz parte das boas práticas empresariais, pelo que as organizações, para além de combaterem o preconceito, devem reconhecer a igualdade essencial entre as pessoas. As empresas devem ainda ter todo o cuidado em enquadrar e ajustar as necessidades deste tipo de população, ao longo da sua carreira profissional, antecipando e corrigindo eventuais dificuldades de adaptação às funções exigidas. Exemplos bem sucedidos deste tipo de estratégias são empresas como a Auchan, a Galp Energia, a Groundforce Portugal e a NOVA EXTRAL, que com processos de formação adequados, integram nos seus quadros, alguns colaboradores portadores de deficiência mental (GRACE, 2005).

Uma outra alternativa para os deficientes mentais, nesta fase tão delicada das suas vidas passa pelos Centros de Actividades Ocupacionais (CAO), que existem por todo o país, e que acolhem normalmente jovens a partir dos 16 anos, portadores de deficiência mental moderada a profunda, e que devido às suas limitações não têm acesso ao mercado de trabalho normal ou protegido. Por norma, os CAO têm como principal objectivo proporcionar às pessoas deficientes o exercício de actividades socialmente úteis, no sentido de as manterem activas e interessadas, favorecendo o seu equilíbrio físico, emocional e social. Neste âmbito, são desenvolvidos diversos tipos de actividades, umas mais lúdicas, outras mais profissionais, com vista a desenvolver ao máximo as suas potencialidades, promovendo a sua integração social e, contribuindo desta forma para uma maior autonomia e independência. Desta forma, este tipo de Centros tem um papel bastante importante relativamente ao processo de transição dos deficientes mentais para a vida activa, uma vez que lhes proporcionam oportunidades de se integrarem (ainda que de um modo indirecto) na sociedade, ao mesmo tempo que possibilitam a aprendizagem de hábitos e comportamentos morais, sociais e cívicos, aos quais, grande parte, nunca teve acesso.

A inclusão trata-se de um processo bilateral, através do qual a sociedade se adapta, no sentido de permitir a participação das pessoas em todos os seus sectores, inclusive das pessoas deficientes mentais, enquanto estas se vão preparando para assumir os seus papéis na sociedade (Manzini, 2006).

O acesso de pessoas com necessidades educativas especiais ao

mercado de trabalho é uma das componentes do processo de inclusão, sendo fundamental proporcionar a estas pessoas condições para a satisfação das necessidades básicas, a valorização de si mesmas e o desenvolvimento das suas potencialidades (Manzini, 2006).

A mudança de atitudes desenvolve-se, também, através da sensibilização, nomeadamente, da sensibilização das empresas através do confronto com boas práticas. Neste contexto, as empresas ao empregarem pessoas com deficiência, reforçam tanto a sua imagem enquanto entidade socialmente responsável, como o espírito de equipa dos seus colaboradores, pois muitas vezes existe um efeito de humanização das relações de trabalho, com efeitos positivos globais na produtividade das empresas que, muitas vezes, compensam eventuais défices de produtividade que estes trabalhadores possam possuir (GRACE, 2005).

O que acontece é que muitas vezes as organizações possuem uma ideia errada das pessoas com deficiência, em boa medida, fruto do desconhecimento, sendo este um obstáculo à contratação, pelo que a sensibilização dos empresários e o confronto com a realidade podem impor-se como factores de extrema importância (Eurobarometer, 2007), constituindo-se como o primeiro passo no caminho da responsabilidade social, para que a inclusão de pessoas com deficiência faça parte das boas práticas inculcadas nas organizações (Rosa, 2007).

A adopção de boas práticas de responsabilidade social constitui-se como um elemento diferenciador e valorizador da imagem das empresas no meio em que estão inseridas (FENACERCI, 2007), revelando-se desta forma crucial fomentar e consolidar o respeito pelos direitos humanos no interior das organizações, assim como a promoção de igualdade de oportunidades. Devem ser desenvolvidas estratégias que permitam combater a discriminação e a exclusão, de modo a garantir uma plena participação social e profissional de todos os cidadãos, sem excepção, com especial atenção para as categorias mais frágeis e vulneráveis, que enfrentam constantemente dificuldades e obstáculos de vários níveis, como é o caso das pessoas com deficiência mental (Rosa, 2007).

Por outro lado, as organizações, como constituintes da sociedade, desempenham um papel fundamental, possuindo uma enorme capacidade de influenciar as transformações e mudar mentalidades. Cabe, desta forma, às empresas a divulgação de boas práticas na empregabilidade de pessoas com deficiência, para fomentar uma influência positiva noutras empresas e noutro tipo de instituições, criando desta forma uma rede de parceiros sociais. (FENACERCI, 2007).

Contudo, um estudo denominado Discrimination in the European Union desenvolvido pelo Eurobarometer em 2007, demonstrou que no nosso país a discriminação de pessoas com deficiência ainda é identificado em cerca de 56 a 60 % da população. Apesar de nos últimos anos se verificarem diversas iniciativas, tanto ao nível do desenvolvimento de políticas activas como de legislação específica, que têm como objectivo de promover o acesso profissional a pessoas com deficiência e visam combater a

discriminação de pessoas com deficiência, verificamos que o preconceito está ainda bem patente na nossa sociedade.

De modo mais específico, já no que diz respeito ao contexto de trabalho, as pessoas portadoras de deficiências mentais convivem frequentemente com situações de falta de autonomia e de confiança por parte dos seus chefes, passam por dificuldades de adaptação e, também se verifica uma certa falta de tolerância por parte dos seus colegas de trabalho (Eurobarometer, 2007).

Apesar de tudo, são indubitáveis os diversos os benefícios, a vários níveis, que se verificam com a inclusão, no mercado de trabalho, de pessoas com deficiência mental. Apesar de todos os obstáculos sentidos ao longo do processo de integração profissional de pessoas com deficiência, é reconfortante, tanto para as organizações, como para os indivíduos com deficiência e até mesmo para a própria sociedade, sendo inúmeros os dividendos que se retiram deste processo.

Ao nível das empresas, para além dos benefícios que lhe são atribuídos pelo Estado e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, os ganhos sentem-se também ao nível da imagem, promovendo a empresa como socialmente responsável, e na melhoria das relações laborais, pois a integração de trabalhadores com deficiência exerce uma influência positiva no ambiente social da empresa, constatando-se uma tendência generalizada para que as relações laborais se humanizem (FENACERCI, 2007).

Relativamente aos benefícios para o indivíduo com deficiência, destaca-se desde logo a possibilidade de uma mais rápida integração social e maior possibilidade de socialização. A ocupação profissional e o estilo de vida produtivo são de facto bastante importantes para as pessoas com deficiência mental, pois estar envolvido numa actividade significativa, e se possível em mercado aberto, tem um impacto positivo na satisfação deste tipo de população, na forma como eles próprios lidam com a deficiência e com as suas consequências. A integração no mercado de trabalho é essencial para a sua independência económica e integração social. Tudo isto permite uma melhoria substancial na qualidade de vida destas pessoas, que lhes permite por um lado mais independência, permitindo por outro lado uma maior sensibilização da população em geral e, conseqüentemente, conduz à diminuição do preconceito em relação às pessoas com deficiência (Claudino, 1997).

De um modo geral, com esta crescente integração das pessoas com deficiência mental, também a própria sociedade sai a ganhar, uma vez que as mentalidades vão mudando, e por conseguinte, o preconceito e a discriminação vão desaparecendo, construindo-se desta forma uma sociedade plena, diversa, e, com maior igualdade de oportunidades, aumentando a coesão social (FENACERCI, 2007).

Deste modo, deve existir uma necessidade crescente para criar intervenções activas e multidimensionais que permitam e possibilitem a integração destas pessoas no mercado de trabalho. Posto isto, para que tais objectivos sejam alcançados, torna-se absolutamente necessário por um lado,

assegurar a continuidade entre o sistema educativo e o de formação profissional para pessoas com deficiência (Claudino, 1997), e por outro deve conhecer-se o desenvolvimento do ciclo de vida das pessoas portadoras de deficiência mental, para assim compreendermos as suas dificuldades e necessidades (Castilho, 2003).

Relativamente ao mundo do trabalho, é fundamental que se reconheça que o preconceito existe e é sustentado por todos. Como tal, deve ser superado por todos, tanto pelas pessoas deficientes como as não deficientes. A falta de informação favorece o preconceito, pelo que a superação desta lacuna é fundamental e deve ser conseguida com discrição e naturalidade. Deste modo, é imprescindível assegurar as condições necessárias de interacção entre pessoas portadoras de deficiências com os restantes *stakeholders* da empresa/organização (GRACE, 2005).

A sociedade desempenha um papel fundamental na integração e na igualdade de direitos e oportunidades no acesso e desempenho de um emprego das pessoas com deficiência mental, pelo que é necessário que a deficiência mental seja um tema próximo e familiar de todos. A consciencialização da sociedade é de facto crucial, pelo que esta investigação pretende ser uma ajuda nesse sentido, tentando perceber de que formas são representadas as pessoas deficientes mentais pelas pessoas ditas “normais” (Castilho, 2003).

II - Objectivos

O presente estudo tem por base a teoria das representações sociais e, centra-se no domínio da deficiência mental e da integração socioprofissional deste tipo de pessoas, tentando perceber que tipo de representações sociais os estudantes universitários possuem face a pessoas deficientes mentais e relativamente à sua integração socioprofissional.

Através da pesquisa bibliográfica realizada, consideramos que existem ainda poucos estudos realizados no âmbito das representações sociais, face à deficiência mental.

Como tal, consideramos pertinente, em virtude da crescente importância desta temática no mundo social e organizacional, direccionar esta investigação para as representações sociais, e perceber que tipos de influência estas podem exercer.

Estando os estudantes universitários num período de transição e, aproximando-se cada vez mais o momento do seu ingresso no mercado de trabalho, será interessante perceber de que modo eles representam socialmente as pessoas com deficiência mental, assim como o seu processo de integração, desde o sistema educativo para o contexto socioprofissional.

Neste sentido, e com vista a complementar e aprofundar a extensa revisão de literatura já feita através da recolha e análise de dados, pretendemos com esta investigação:

1. Contribuir para uma compreensão mais clara e objectiva das principais dimensões das representações sociais das pessoas deficientes mentais;
2. Perceber quais as semelhanças e diferenças entre as representações acerca das pessoas deficientes e acerca das pessoas com êxito profissional e social;
3. Compreender de que forma é que essas representações se encontram associadas aos valores que os indivíduos aderem, aos valores de pessoas que conhecem bem e ao contacto que têm com pessoas deficientes;
4. Analisar a imagem que os estudantes universitários têm em relação ao processo de integração dos deficientes mentais no mercado de trabalho nacional;
5. Efectuar um levantamento genérico de formas de preconceito, barreiras sociais, discriminação e (in)justiça social potencialmente associadas a este processo.

III - Metodologia

O estudo desenvolvido possui claramente um design exploratório.

Os participantes da nossa investigação são alunos do ensino superior, mais especificamente estudantes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A amostra é constituída por um total de 92 participantes, de onde 94,57% são de nacionalidade portuguesa, 2,17% são de nacionalidade espanhola, 1,09% de nacionalidade francesa e 2,17% têm dupla nacionalidade (luso-brasileiro e luso-belga).

Destes, 43,48% frequentam a licenciatura do curso de Serviço Social, onde 42,39% frequentam o primeiro ano e 1,09% o segundo ano, sendo que os restantes 56,55% são alunos do 1º ciclo do Mestrado Integrado em Psicologia, 20,65% frequentam o segundo ano, 1,09% são do terceiro ano e 34,78% do quarto ano. As idades dos respondentes variam entre os 17 e os 51 anos, constituindo uma média de idades de 21 anos.

Relativamente à distribuição quanto ao género, 90,22% dos participantes são do sexo feminino e os restantes 9,78% participantes pertencem ao sexo masculino.

Do total dos 92 participantes, 89,13% são exclusivamente estudantes, sendo que os restantes 10,87% respondentes têm estatuto de trabalhador-estudante.

Entrando numa vertente mais específica do questionário, verificamos que 42,39% dos participantes diz conhecer pelo menos uma pessoa portadora de deficiência mental e 57,61% dizem que não conhecem ninguém com deficiência mental.

Em relação aos 42,39% participantes que disseram conhecer alguém com deficiência mental, 5,43% afirmam ser seu familiar, 5,43% consideram que essa pessoa é sua amiga, 31,52% dizem ser seu amigo e 6,52% afirmam trata-se de um vizinho.

Já que no diz respeito à frequência do contacto com pessoas portadoras de deficiência mental, 10,87% participantes consideram que o contacto com essa pessoa acontece “várias vezes por mês” e 33,70% referem que esse contacto acontece “uma vez por mês”.

No que concerne à questão sobre o à-vontade na presença de um deficiente mental, 23,91% dos respondentes consideram que se sentem “pouco à vontade”, 56,52% participantes responderem “muito à vontade” e os restantes 18,48% consideram sentir-se “completamente à vontade” na presença de um pessoa com deficiência mental.

Finalmente quando questionados sobre o à-vontade dos outros na presença de um sujeito deficiente mental, 7,61% participantes consideram que os outros se sentem “nada à vontade”, 80,43% respondentes afirmam que os outros se sentem “pouco à vontade” e 10,87% consideram que os outros se sentem “muito à vontade” perante uma pessoa portadora de

deficiência mental³.

Relativamente aos instrumentos e procedimentos utilizados na recolha de dados, perante os objectivos estabelecidos para esta investigação, optou-se pela utilização de técnicas de associação livre de conceitos.

Deste modo, foi utilizado o questionário já previamente utilizado por Mota (2008), que realizou uma investigação semelhante à nossa. Este questionário é constituído por quatro questões de tipo qualitativo (ou questões semi-abertas), onde era pedido aos respondentes que referissem alguns adjectivos que descrevesse os seguintes alvos: Pessoa com deficiência mental; Pessoa com êxito profissional e pessoal; Pessoa que conhece bem; e Processo de Transição de pessoas deficientes mentais da escola para o trabalho. O questionário contém, ainda, questões de tipo quantitativo e, anexado, a versão portuguesa do inquérito psicossocial ESS Schwartz (questões fechadas).

Foi ainda acrescentado a este questionário 3 Escalas de Likert de 7 pontos, onde eram apresentados uma série de pares de características opostas, e foi pedido aos respondentes que assinalassem a opção que melhor se coadunasse com as seguintes categorias: Pessoa com deficiência mental; Pessoa com êxito profissional e pessoal; e Pessoa que conhece bem. Esta escala foi construída tendo por base a investigação desenvolvida por Paicheler, Beaufils e Ravaud (1987) sobre as representações das pessoas com deficiência. Foram criadas duas versões do questionário (A e B), onde a diferença residia na alteração da ordem de apresentação das escalas de Likert, no sentido de se tentar evitar possíveis influências das questões semi-abertas.⁴

A recolha dos dados desenvolveu-se em contexto de aulas, em momentos sequenciais, ou seja, foi pedido aos participantes que em primeiro lugar respondessem às questões semi-abertas e depois às questões fechadas.

Relativamente ao procedimento utilizado após a recolha dos dados, decidimos realizar uma análise de conteúdo, do material obtido através das questões semi-abertas, pois trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, sendo, em rigor, um instrumento, ainda que marcado por uma grande disparidade de formas, adaptável ao seu campo de investigação. (Bardin, 2009)

Neste sentido, com base nas premissas sustentadas por Bardin (2009) para a constituição de boas categorias, tentamos que estas fossem: homogéneas, pois a ordenação e constituição de uma categoria deve orientar-se por um único princípio de classificação; pertinentes, na medida em que o seu conteúdo se deve enquadrar na investigação em causa e no quadro teórico que o sustenta; objectivas, pois as palavras devem, de forma clara, enquadrar-se no nome e sentido da categoria a que pertencem, sendo que esta escolha deve estar bem estabelecida para se evitarem distorções face à possível subjectividade dos codificadores; e por fim as categorias

³ A informação relativa à amostra pode ser consultada nas tabelas A e B, que se encontram na secção *Anexos*.

⁴ A versão integral do questionário utilizado encontra-se na secção *Anexos*.

devem ter fidelidade, no sentido em que o investigador deve definir de forma clara as variáveis que trata, precisando quais as regras que determinam a entrada de um elemento numa categoria, para que a codificação das palavras seja executada da mesma forma, mesmo quando submetidas a várias análises.

Deste modo começamos por transcrever todas as palavras presentes nos questionários, sem alterar nenhuma palavra, no sentido de não perdermos o seu conteúdo⁵.

Uma vez que na sua maioria, as respostas dadas pelos participantes continham uma só palavra, começamos a análise de conteúdo tendo como objectivo reduzir todas as respostas a palavras simples, tanto em forma de substantivo ou adjectivos, no sentido de facilitar a sua categorização posterior. Para realizar esta redução optou-se pelo acordo inter-juízes, ou seja, através de um conjunto de três pessoas, eram apenas retidos os casos em que pelo menos duas estavam de acordo, aumentando-se assim a fidelidade da análise (Mota, 2008).

Desta primeira selecção resultaram quatro dicionários distintos (cada dicionário é relativo a cada um dos alvos), num total de 1848 palavras e 100 categorias diferentes.

O passo seguinte consistiu em agrupar, dentro de cada um dos dicionários, palavras com significado similar ou com o mesmo morfema (Vala, 1981). Esta selecção de palavras decorreu segundo os critérios do passo anterior, onde apenas eram seleccionadas as palavras quando dois dos três juízes estavam de acordo, utilizando-se as normas normalmente usadas em estudos de representações sociais através da técnica de associação livre (Valentim, 2003).

Desta forma fomos agrupando as várias características apontadas pelos participantes, e assim se foram compondo as categorias.

No mesmo sentido, o critério utilizado para designar determinada categoria, partiu da adopção da palavra com maior frequência dentro dessa categoria, sendo que nos casos onde se verificasse um empate entre palavras com maior frequência, optava-se pelo termo que melhor definisse o contudo da respectiva categoria (Valentim, 2003).

Por fim foram eliminadas dos dicionários as categorias com frequências iguais ou inferiores a 2, pois segundo Vala (1981), existem palavras que podem ocorrer devido ao acaso ou estarem sujeitas a predisposição momentânea dos sujeitos, reduzindo-se desta forma o número total de categorias.

De acordo com a análise de conteúdo, e com os critérios acima referidos, os resultados mais significativos são apresentados de seguida. É importante realçar que não serão apresentadas as totalidades das categorias, mas sim aquelas que consideramos relevantes para a análise em questão.

⁵ Na secção *Anexos* é possível encontrar nas tabelas C, os resultados deste trabalho, com as palavras transcritas dos questionários, sem qualquer tipo de alteração.

IV - Resultados

Pessoa com deficiência mental

A primeira questão colocada aos respondentes incidia na classificação, através de pelo menos cinco palavras ou frases curtas, que permitissem caracterizar uma pessoa com deficiência mental. Tratando-se a deficiência mental do vector central desta investigação, torna-se obviamente fundamental recolher dados relativos à forma como as pessoas olham para este tipo de população.

Deste modo, no que concerne à caracterização de um sujeito com deficiência mental podemos notar desde logo que as palavras mais referidas, e as categorias com maiores frequências, estão claramente conotadas com aspectos negativos da condição humana. Neste sentido é notório que a palavra mais utilizada para descrever uma pessoa com deficiência mental é o termo “Dependente” (utilizado por praticamente metade dos respondentes).

No mesmo sentido, a categoria “Défices” é também das que apresenta maior grau de frequência, onde são indicados pelos inquiridos vários tipos de défices, destacando-se sobretudo os problemas a nível mental, motor, comportamental e social.

Outras categorias com um elevado nível de frequência neste alvo são as categorias “Incapacidade”, “Necessidades”, e “Limitado”.

Deste modo, podemos entender que os respondentes, de modo a justificarem o facto de considerarem os deficientes mentais como dependentes, apontam motivos que consideram serem as razões para que eles não sejam autónomos. Verificamos que são diversos os aspectos de disfuncionalidade apontados, sobretudo a nível psicológico, mas também na vertente social e motora.

Outro aspecto que consideramos ser importante de realçar, tem a ver com o facto de, apesar de na totalidade, a quantidade de características positivas apontadas ser diminuta, é interessante notar que praticamente todos os respondentes apontam pelo menos uma característica positiva. Este facto poderá ser entendido como um modo de os sujeitos colmatarem o seu negativismo face a este tipo de população, apontando características positivas. Neste perspectiva podemos considerar que de certo modo existe uma forma de discriminação passiva ou, se preferível, comportamentos de desejabilidade/agradabilidade social. Nota-se ainda, que a maioria das características apontadas (“alegre”, “simpático”, “sincero”, ...) são características mais personalistas, que não se podem associar directamente à deficiência mental, pelo que quer pessoas com deficiência mental, quer pessoas sem deficiência mental, podem possuir ou não.

Outra tema interessante, e também com elevado nível de frequência, é a categoria “Discriminação”, onde é notório que os respondentes consideram que as pessoas com deficiência mental são muitas vezes alvo de discriminação em vertentes diferentes, sobretudo a nível social, pois

encontramos diversas expressões que apontam para o facto de os deficientes mentais serem socialmente excluídos. Notamos também algum tipo de preconceito por parte dos respondentes, uma vez que o termo “Diferentes” também é referido diversas vezes.

Consideramos assim importante, realçar que a noção de discriminação e preconceito estão significativamente patentes nos resultados destes questionários, pois para além de se notar uma clara presença de palavras que apontam para o facto de a sociedade ser discriminatória com este tipo de população, considerando-os alvo de “Exclusão social” e “Rejeitados”, os próprios respondentes também os consideram “Diferentes” e “Limitados”, pelo que de certa forma verificamos alguns (pre)conceitos que ainda são fortemente associados a esta condição, e que, não correspondem totalmente à realidade da deficiência mental.

Torna-se nesta altura importante lembrar que estamos perante uma investigação exploratória, pelo que para obtermos conclusões mais sólidas seria necessário realizarem-se estudos mais aprofundados.

Pessoa com êxito profissional e pessoal

A pergunta seguinte do questionário, pedia para que os respondentes indicassem, pelo menos, cinco palavras ou frases que caracterizassem uma pessoa com êxito profissional e pessoal. Com esta pergunta, o nosso objectivo foi tentar perceber quais os ideais pré-estabelecidos pelos sujeitos, e o que é que estes representam como essencial para caracterizar uma pessoa bem sucedida nas principais vertentes da sua vida.

Como seria de esperar, as respostas dos inquiridos estão repletas de aspectos positivos, sendo que, de acordo com os respondentes, existem determinadas características que são fundamentais para se conseguir tamanha façanha. Deste modo destacam-se as características “Inteligente”, “Trabalhador” e “Responsável”, que fazem com que as pessoas se sintam “Realizadas” e “Felizes, sendo sobretudo estas as categorias com maiores frequências.

Neste sentido denotamos a existência de uma forte conotação entre o êxito e os benefícios que ele comporta, no sentido de que uma pessoa para ter sucesso necessita de possuir determinadas características que conduzirão a uma vida estável, tanto a nível profissional, pessoal, familiar ou emocional.

Os resultados por nós obtidos, em virtude da análise destes dados, indiciam também que os respondentes, no que diz respeito à questão do sucesso, valorizam sobretudo características de dimensão mais profissional do que pessoal. Este facto comprova-se com a elevada frequência de categorias como “Trabalhador”, “Lutador” e “Responsável”, o que nos leva a considerar que o êxito advém, em primeira instância a partir de competências laborais e, sendo depois complementado pelas características pessoais.

Por fim, destaque ainda para as características personalísticas, como “Inteligente”, “Trabalhador” e “Confiante”, que aparecem em abundância e constituem as categorias com maiores frequências, pelo que os respondentes

consideram-nas fundamentais para se obter sucesso.

Pessoa que conhece bem

A pergunta seguinte, na lógica das anteriores, pedia aos respondentes que, através de cinco palavras ou frases caracterizassem alguém que conhecem bem, podendo ser um familiar, namorado(a) ou amigo(a). Com esta questão pretendemos verificar possíveis diferenças e semelhanças a nível de estereótipos, entre alguém que se conhece bem e uma pessoa com deficiência mental.

Desde logo, verificamos que neste alvo as categorias com maiores frequências pertencem a uma vertente mais sentimental e emocional do que nos alvos anteriores. Esta dimensão mais humanista está patente nas categorias com maiores frequências, onde encontramos termos como “Amigo”, “Carinhoso”, “Simpático” e “Sincero”.

Desta forma, constatamos que as pessoas valorizam sobretudo laços afectivos quando se relacionam de um modo mais profundo com outra pessoa, ou seja, além das respostas se referirem a alguém que se conhece bem, referem-se também a alguém com quem existe uma determinada aproximação emocional. Esta situação pode verificar-se através de dois caminhos diferentes, pois poder-se-á estabelecer uma relação mais próxima com a tal pessoa que se conhecem bem porque ela possui características sentimentais mais apuradas, ou então, estas dimensões vão-se construindo mutuamente através de um conhecimento mais aprofundado, que se vai desenvolvendo à medida que a relação entre as pessoas se vai solidificando.

Verificamos ainda, que perante a sugestão de pensar e caracterizar uma pessoa que se conhece bem, existe uma certa tendência, por parte dos respondentes, em indicar alguém com a qual se sentem bem, e constatamos isso nas categorias “Divertido” e “Feliz”, que também possuem um elevado número de termos.

Por outro lado, notamos também uma certa tendência para, no conjunto das cinco frases ou palavras fornecidas pelos inquiridos para esta pergunta, indicarem quase sempre, pelo menos um defeito em relação à pessoa que conhecem bem, o que indica a existência de um carácter identificativo com a condição humana.

Finalmente, destaque ainda para as categorias “Inteligente” e “Trabalhador”, que à imagem do alvo anterior (Pessoa com êxito profissional e pessoal), se encontram no topo da tabela, pelo que se nota de novo a valorização de dimensões laborais, que são claramente valorizadas pelos respondentes.

Processo de transição para o mercado de trabalho por parte dos deficientes mentais

Por fim, no que diz respeito às perguntas semi-abertas, pedia-se aos respondentes que referissem cinco palavras ou frases que caracterizassem o modo como se processa a transição do sistema educativo para a vida profissional, das pessoas deficientes. Tratando-se de um tema central nesta

investigação, seria de todo pertinente tentar perceber, de que forma as pessoas encaram e classificam esta etapa específica e fundamental na vida de um indivíduo com deficiência mental.

Numa primeira perspectiva, o destaque vai para a categoria “Difícil” que se destaca claramente de todas as outras e que é unânime a todos os respondentes, reforçado pelas categorias “Moroso” e “Frustrante”. De um modo geral, praticamente todos os respondentes consideram este, como um processo que enfrenta dificuldades a vários níveis. De facto, este é um problema que existe na nossa sociedade, pois como tivemos oportunidade de perceber, as oportunidades de emprego para estas pessoas são ainda muito escassas. E mesmo havendo até possibilidades de emprego, as dificuldades de integração, aceitação e mesmo dificuldades físicas existem constantemente, o que torna este processo duro e complexo.

Em virtude destas dificuldades, surge associada a categoria “Esforço” como uma das que tem maiores frequências, pois perante todas as dificuldades que vão surgindo, é naturalmente necessário muita força de vontade, empenho e determinação, por parte tanto dos indivíduos dos deficientes mentais, como de todos envolvidos neste tipo de processo. Neste sentido, sentimos que será também importante destacar a categoria “Necessidade de Adaptação”, ou seja, além do esforço que terá que ser feito pela pessoa portadora de deficiência mental, também todos os intervenientes que pretendem a conclusão bem sucedida deste processo, terão que ser compreensivos perante uma possível adaptação mais demorada, através de um esforço constante e efectivo.

Outro aspecto que consideramos de vital importância na análise deste alvo é a questão da “Discriminação”, visto também tratar-se de uma das categorias com maiores frequências. Os nossos respondentes consideram que outra das dificuldades neste processo de transição, advém da existência de preconceito por parte das entidades empregadoras, que consideram os deficientes mentais inferiores e limitados, reduzindo-lhes as oportunidades de emprego. Nesta mesma categoria, notamos também a presença de algum preconceito por parte de alguns respondentes, que consideram este um processo não concretizável e pouco provável.

Para finalizar a nossa análise, consideramos ainda importante ressaltar a presença de categorias como “Importante”, “Valorização Pessoal”, “Igualdade” e “Desenvolvimento Social”, pois os nossos respondentes consideram que este processo, quando concretizado, se torna extremamente gratificante e recompensador para a pessoa com deficiência mental, permitindo-lhe ainda uma interacção social mais alargada, facilitando a sua inserção na sociedade, e, conseqüentemente, reforçando a necessidade da existência de igualdade de oportunidades na sociedade actual.

Tabela 1. Síntese dos resultados obtidos através da análise de conteúdo

Dimensão	Resultados
Pessoa com deficiência mental	É notório que esta condição está associada a conotações negativas de várias ordens, que limitam e tornam dependentes os indivíduos com deficiência mental. O preconceito e a discriminação são também evidentes, não só nas representações dos outros em relação à deficiência mental, mas também nas próprias representações dos respondentes. Ressalva ainda para um certo tipo de comportamento de deseabilidade social, onde se nota uma “camuflagem” das diversas características negativas apontadas, através da indicação alguns atributos positivos.
Pessoa com êxito profissional e pessoal	Destaca-se a quantidade enorme de qualidades atribuídas a pessoas com êxito, evidenciando-se as características ligadas ao trabalho, consideradas fundamentais. Verificamos ainda uma estreita ligação entre o sucesso e os benefícios que acarreta.
Pessoa que conhece bem	Os participantes demonstram uma especial inclinação por destacar características mais ligadas à condição humana, de cariz emocional e sentimental. Há também uma certa tendência para caracterizarem alguém com quem se sentem bem. Por fim, nesta dimensão, são diversas características positivas apontadas, que são, por norma, contrariadas com algum “defeito”.
Processo de Transição para o Mercado de Trabalho por parte dos deficientes mentais	Nesta dimensão os respondentes são unânimes ao considerarem este processo difícil e moroso, que enfrenta dificuldades a vários níveis. Consideram ainda que será necessário um enorme esforço e uma adaptação mútua (pessoa com deficiência mental e <i>stakeholders</i>) para que o processo seja bem sucedido. Destaque também para a indicação de existência de discriminação e de preconceito por parte das organizações. Finalmente, este é um processo considerado fundamental para o bem-estar de um indivíduo deficiente mental.

V - Discussão

Deste modo, depois de uma revisão de literatura, que incluiu a história e o desenvolvimento da deficiência mental, as representações sociais e a sua associação à deficiência mental e a transição deste tipo de população para o mercado de trabalho, e depois da análise de conteúdo realizada às respostas semi-abertas fornecidas pela nossa amostra, torna-se relevante nesta fase, tentarmos perceber de que forma se conjugam todos estes aspectos.

Tendo por base os resultados de estudos sobre esta temática (Mota, 2008; Pereira, 2010), observamos que as representações sociais da deficiência mental acabam por funcionar de forma negativa, constituindo-se como um dos principais entraves à integração social e profissional desta população.

Deste modo, e conjugando com os dados obtidos no nosso estudo, observamos que as representações sociais da deficiência mental estão constantemente associadas a conotações negativas, contrastando com uma avaliação positiva, que se faz, logo à partida, de uma pessoa dita normal. Neste sentido, verificamos que existe desde logo um certo tipo de discriminação, pois, independentemente das (in)capacidades de uma pessoa sem deficiência, o indivíduo com deficiência é sempre olhado de forma inferior e limitado.

Esta persistência de conotações negativas associadas à deficiência mental constituiu-se como um obstáculo enorme à inserção pessoal e profissional deste tipo de população, funcionando como uma das principais barreiras à sua integração. Enquanto uma pessoa não deficiente é representada, por natureza, de um modo positivo, o indivíduo portador de deficiência mental é representado, por natureza, de um modo negativo, o que dificulta o seu processo de inclusão.

Relativamente aos resultados por nós obtidos, no que concerne à questão da forma como são representadas as pessoas deficientes mentais, notamos claramente que são vistas como pessoas limitadas e em desvantagem, sobretudo quando comparadas com uma pessoa bem sucedida. São diversas as características de incapacidade que a nossa amostra associa à deficiência mental, reforçada pelo facto de praticamente todos os respondentes apontarem limitações a esta condição.

A nossa amostra, constituída por estudantes universitários, considera a deficiência mental como uma condição de “Incapacidade”, “Limitada”, “Dependente” e com “Défices” de várias ordens. Tendo em conta estes resultados, e deduzindo que esta é uma imagem generalizada na nossa sociedade, torna-se realmente muito difícil para um deficiente mental, ter hipóteses de se tornar profissionalmente activo. Contudo, é sempre boa altura para lembrar que este estudo é meramente exploratório, onde o objectivo é de “explorar” a temática em questão e não testar hipóteses, tentando sim encontrar novas sugestões de investigação.

Consideramos pertinente destacar e estabelecer algumas comparações

nos resultados obtidos perante os alvos “Pessoa com deficiência mental”, “Pessoa com êxito profissional e pessoal” e “Pessoa que conhece bem”, uma vez que constatamos caracterizações bastante distintas, de acordo com a dimensão em questão.

Para caracterizar uma pessoa com deficiência mental, os nossos participantes optaram por uma caracterização claramente negativa, relacionada com a funcionalidade em geral, pois os deficientes mentais são representados como “Dependentes” e “Limitados”. São também vários os “Défices” apontados pelos participantes, que sugerem considerar este tipo de população “Incapaz” de construir uma vida social e profissional activa. Trata-se de uma visão negativista, que vai certamente influenciar o seu contacto com este tipo de população.

Já quando se pede para caracterizar uma pessoa bem sucedida profissional e pessoalmente, a tendência inclina-se mais para a dimensão profissional, com termos como “Trabalhador”, “Responsável “ e “Realizado”, que demonstram a importância do triunfo profissional, no alcance do êxito.

Por este facto, torna-se mais uma vez importante que se dedique mais atenção à questão da integração profissional dos deficientes mentais, visto ser uma questão extremamente valorizada na sociedade actual.

Relativamente à dimensão “pessoa que se conhece bem” a caracterização está claramente inclinada para a condição humana, ou seja, neste alvo, destacam-se as características “Amigo” e “Simpático”, valorizando-se para este alvo vertentes mais pessoais e sentimentais, demonstrando a existência de uma ligação e identificação pessoal com esse indivíduo. Já nas duas primeiras dimensões que analisamos, verificamos que a dimensão emocional está presente, mas apenas nas categorias com menores frequências.

Deste modo podemos considerar que existe um distanciamento entre os dois primeiros alvos (pessoa deficiente mental e pessoa com êxito pessoal e profissional), e este último (pessoa que conhece bem), que pode ser explicado pelo facto de se considerar a pessoa deficiente como “Diferente”, não havendo identificação pessoal, e no caso da pessoa bem sucedida, como sendo um modelo a seguir. Este tipo de pessoas, não são vistas como diferentes, mas sim como um exemplo, um objectivo a alcançar no futuro. A pessoa que se conhece bem, será alguém próximo, com um nível de intimidade considerável, e que à partida é alguém com quem nos identificamos.

Outro ponto que consideramos importante ser debatido está relacionado com as respostas dadas à pergunta “Até que ponto se sente à vontade na presença de uma pessoa deficiente mental?”. Tal como vimos anteriormente, mais de metade dos nossos participantes sente-se “muito à vontade” perante um indivíduo deficiente mental, sendo que quase 20% considera mesmo sentir-se “completamente à vontade”, ou seja, maioritariamente, a nossa amostra não sente qualquer tipo de inibição nem preconceito perante este tipo de população.

No entanto, quando colocamos exactamente a mesma questão, mas referindo-nos ao à vontade dos outros na presença de um indivíduo deficiente mental, os resultados obtidos mudam radicalmente, pois mais de 2/3 dos participantes consideram que os outros se sentem “pouco à vontade” neste tópico, havendo uma pequena percentagem que considera que os outros se sentem “muito à vontade”, e não havendo ninguém que considere que os outros se “sentem completamente à vontade”.

Perante estes resultados podemos considerar a existência de um possível efeito social, a dissociação da estereotipia, uma vez que na sua grande maioria as pessoas consideram que estão à vontade, e que não têm problemas nenhuns em lidar com pessoas deficientes mentais, e são os outros que têm esses complexos.

Com base nestes dados, podemos por um lado pensar que, face ao maior destaque que se fornece hoje em dia à população deficiente mental, e uma vez que a nossa amostra é relativamente jovem (média de 21 anos), as pessoas começam a ter mais consciência perante o preconceito, e começam a dar indícios de querer enfrentá-lo e diminuí-lo (não esquecendo que a nossa amostra se restringe a alunos de Psicologia e Serviço Social). Este comportamento de consciencialização pode promover uma constante e crescente mudança de atitude, face à deficiência mental, levando à extinção, ou pelo menos a uma diminuição drástica do preconceito. Poderá também existir uma atitude de acomodação à realidade, onde os indivíduos poderão considerar o preconceito nos outros como algo imutável na sociedade.

Por outro lado, podemos também considerar que os respondentes têm dificuldade em assumir, ou até mesmo em perceber a sua atitude (ou pensamento) de diferença e preconceito perante o deficiente e, portanto, em virtude disso transferem-na para os outros, sendo que neste caso, é provável que se mantenham este tipo de representações que existem dos deficientes mentais, perpetuando esta atitude no futuro.

Face a todas estas hipóteses, e possíveis projecções, seria interessante que se realizassem mais investigações neste sentido, mantendo-se o formato de recolha de dados, e explorando-se diferentes tipos de amostra.

Como vimos até aqui, a pessoa portadora de deficiência mental é representada como inferior, principalmente, quando comparada com uma pessoa bem sucedida. As diversas características negativas imputadas a um deficiente mental poderão constituir-se como fortes condicionantes no processo de transição para o mercado de trabalho, enquanto que no pólo oposto, uma pessoa com êxito profissional e pessoal possui as características essenciais que serão a base para alcançar o sucesso.

Centrando a nossa atenção sobretudo na dimensão profissional, verificamos que a representação social da deficiência mental funciona, ela própria, como um obstáculo na inserção de deficientes mentais no mercado de trabalho, devido ao modo limitado como são encarados, sendo considerados muitas vezes inaptos para o desempenho de funções laborais.

Indo de encontro a estas reflexões, destaque ainda, para o facto de o

próprio processo de transição para a vida activa por parte do indivíduo deficiente mental, que apesar de ser extremamente vantajoso para o deficiente, e para a própria organização que o emprega, continua a ser representado como extremamente difícil, discriminativo e preconceituoso, exigindo muita luta e esforço.

A prática demonstra que o contacto directo com trabalhadores deficientes mentais, e a partilha de experiências de sucesso, permitiu que se rompesse com ideias pré-concebidas por parte das entidades empregadoras, reduzindo a sua relutância em contratar este tipo de indivíduos, passando a considerar a competência profissional como razão válida à aceitação de trabalhadores com deficiência mental (Martins, 2001).

Neste contexto, apesar da boa integração no mercado de trabalho depender muito das capacidades intrínsecas da pessoa com deficiência, é necessário também destacar a importante influência negativa de factores externos, como por exemplo as representações sociais, que em virtude do desconhecimento das capacidades destes sujeitos, constituem-se como um grande entrave à sua inserção profissional.

A escassez de informação provém, na maioria dos casos, da falta de conhecimento sobre as reais incapacidades e limitações da pessoa com deficiência e, assim como das suas necessidades e potencialidades, que de certa forma, conduz a uma inoperância geral, onde a população deficiente mental é claramente quem sai prejudicada.

Desta forma, a falta de informação existente, relativa a esta questão, e a falta de sensibilidade e disponibilidade apresentada por parte das empresas, no que diz respeito à contratação de pessoas com deficiência mental, pode explicar o insucesso do processo de transição de pessoas deficientes para o mercado de trabalho.

Neste sentido, torna-se importante referir o papel da OED, que tem como missão promover o emprego, em mercado aberto, para pessoas com deficiência. O seu objectivo passa pela mediação do processo de recrutamento e selecção de pessoas com deficiência, numa tentativa de promover a igualdade de oportunidades e condições de acesso ao mercado de trabalho. Através de acções de comunicação, onde são revelados casos de integração de sucesso, este é um meio que pretende sensibilizar a comunidade organizacional, das potencialidades e aptidões das pessoas com deficiência. Apesar de funcionar apenas na zona de Lisboa consideramos ser uma iniciativa de louvar, e que de se deveria expandir por mais zonas do país (OED, n.d.).

Consideramos então, que a integração profissional, no caso das pessoas com deficiência mental, apresenta-se desde logo muito complicada, face à falta de oportunidades profissionais para estas pessoas. A economia actual exige que cada vez mais se fomente o lucro, e consequentemente a competitividade organizacional, não permitindo tempo necessário às empresas, para lidarem com as dificuldades de ordem cognitiva, e a elas inerentes, que uma pessoa deficiente mental possa eventualmente possuir, e que à partida vai limitar as suas capacidades adaptativas, que são muitas

vezes exigidas para diversas funções.

Do mesmo modo, a imaturidade sócio-emocional e vocacional que, normalmente, transportam, fruto por vezes de uma formação discriminatória, são factores que têm repercussões negativas para o acesso ao mercado de trabalho (Martins, 2001).

Desta forma torna-se importante chamar a atenção para a necessidade de se apostar numa formação profissionalizante, que permite capacitar mais os indivíduos deficientes mentais, no sentido de os preparar para as dificuldades inerentes a esta etapa. As pessoas com deficiência mental, têm muitas vezes, todas as capacidades para serem bons profissionais, o que falta muitas vezes são oportunidades, pois logo à partida, são marginalizados pela sociedade.

No mesmo sentido, Martins (2001) considera que a deficiência mental, a formação profissional e o emprego, devem todos ser equacionados em conjunto, numa tentativa de facilitação de todo o processo.

Para combater esta questão é necessário que se acredite nas suas potencialidades, que se respeitem as suas limitações, e que se permita sempre oportunidade de crescimento, criando-se condições que permitam o equilíbrio entre as necessidades do mercado de trabalho e o êxito no processo de integração profissional das pessoas com deficiência mental.

VI - Conclusões

Depois de realizada uma revisão bibliográfica acerca das temáticas “Deficiência Mental”, “Representações Sociais” e “Transição para o Mercado de Trabalho de indivíduos deficientes mentais”, juntamente com a análise e discussão dos dados recolhidos relativos a estas questões, verificamos que, de um modo geral, a deficiência mental continua muito ligada a conotações negativas, sendo que as representações sociais em relação a esta população, em nada ajudam no seu processo de inserção profissional.

Verificamos que para além das limitações inerentes a um indivíduo deficiente mental, existem factores externos que dificultam ainda mais a sua transição socioprofissional, pelo que se torna urgente apelar a uma mudança progressiva de mentalidades, através de uma participação activa de todos os intervenientes neste processo.

Neste sentido, os empregadores em particular, devem contribuir com boas práticas de responsabilidade social, que permitam resultados mais satisfatórios em termos de empregabilidade, assim como a sociedade deve adoptar um comportamento mais inclusivo, no sentido de facilitar a inserção dos deficientes mentais na sociedade.

Desta forma, exige-se que a representação da deficiência mental seja positiva, através da valorização das suas capacidades e potencialidades, que trazem certamente ganhos, para todas as partes. A consciencialização das potencialidades destes sujeitos, funcionará como um incentivo para se melhorar eventuais lacunas que possam ter, abrindo caminho para um recrutamento profissional mais justo e igualitário, em termos de oportunidades de trabalho.

Apesar de este ser ainda um cenário longínquo, acreditamos que estudos como estes possam contribuir para a aceleração deste processo, pois a consciencialização da sociedade impõe-se como uma medida básica, e como a mais importante de todas.

Além deste aspecto, como podemos constatar ao longo desta investigação, são já diversas as medidas criadas no sentido de diminuir os obstáculos no acesso ao mercado de trabalho por parte das pessoas com deficiência mental. Deste modo, torna-se fundamental que esta política prevaleça, tanto ao nível da legislação laboral, como ao nível da mudança efectiva de mentalidades, para que exista uma rede de suporte consolidada, que permita um permanente apoio a esta população.

Por se tratar de um estudo meramente exploratório, não podemos confirmar inequivocamente, nenhum dos pressupostos de investigação. Contudo, consideramos que, de certo modo, contribuímos para uma compreensão mais clara e objectiva das principais dimensões que influenciam as representações sociais das pessoas deficientes mentais, assim como, o seu processo de transição para o mercado de trabalho, através de uma análise descritiva destas representações.

Foi também possível perceber algumas semelhanças e diferenças entre as representações sociais acerca das pessoas deficientes e, acerca das pessoas com êxito profissional e social.

Por outro lado, tentamos também compreender de que forma é que as representações sociais se encontram associadas aos valores que os indivíduos possuem, equiparando-as às características que são valorizadas numa pessoa que se conhece bem, dando ainda à atenção à frequência e à forma de contacto, que os nossos participantes têm com pessoas deficientes.

Convém no entanto chamar a atenção para o facto de a nossa amostra ser relativamente reduzida, pelo que não podemos fornecer uma ideia muito consistente em relação a estes pressupostos.

Outra das limitações desta investigação prende-se com o facto de o questionário não ter sido analisado na íntegra, pelo que não foi possível realizar de forma concreta um levantamento genérico de formas de preconceito, barreiras sociais, discriminação e (in)justiça social que possam estar potencialmente associadas a este processo.

No que concerne à análise de conteúdo, é importante referir que não existiu um júri especializado, e apesar de acordo para a categorização ter sido realizado por um acordo inter-juízes, tendo até sido alcançados resultados bastante satisfatórios quanto ao grau de acordo, os questionários foram analisados por uma só pessoa, o que por si só, pode conduzir a um enviesamento dos resultados.

Torna-se importante lembrar por uma última vez que estamos perante uma investigação exploratória, pelo que serão necessários estudos mais aprofundados, para se atribuir maior consistência aos resultados que aqui apresentámos nas conclusões.

Por fim, sugerimos que para além de se poder explorar mais os dados por nós recolhidos, a investigação futura deve debruçar-se em estudos relativos à formação profissional de pessoas com deficiência mental e nas necessidades reais do mercado de trabalho português, adaptadas às capacidades dos deficientes mentais.

Bibliografia

- Albuquerque, M. C. P. (2000). *A criança com deficiência mental ligeira*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Alexandre, J. D., & Waldzus, S. (2006). Quando o que vemos não é igual ao que percebemos – implicações para as relações entre grupos sociais. In A.A.V.V., *O “Pseudo-arrastão” de Carcavelos: documentos*. Lisboa: ACIME.
- Alonso M. A. V., & Bermejo, B. G. (2001). *Atraso Mental: adaptação social e problemas de comportamento*. Lisboa: McGraw-Hill.
- American Association on Mental Retardation (2002). *Mental retardation: Definition, classification, and systems of supports* (10th ed.). Washington, D. C.: American Association on Mental Retardation.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições70
- Castilho, P. (2003). *Deficiência mental e a aceitação pelos pares: a importância das competências sociais*. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- Claudino, A (1997). *A orientação para a formação profissional de jovens com deficiência intelectual*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Documento das Nações Unidas (1971). *Declaração de direitos do deficiente mental*. 20, Dezembro, 1971. Consultado em Novembro 17, 2008, disponível em http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/copy_of_20020319150524/20030623133227/20030623133015/
- DSM-IV-TR (2002) *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, (4ª ed.), Texto Revisto. Lisboa: Climepsi Editores.
- Eurobarometer (2001). A report prepared by the european research group (EORG) for the education and culture directorate-general. Attitudes of europeans to disability. Consultado em Novembro 10, 2008 disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_149_en.pdf
- Esnard, C. (1998) Les représentations sociales du handicap mental chez les professionnels médico-sociaux. *Revue Européene du Handicap Mental*, 5, 19, 10-23.
- Eurobarometer (2007). *Discrimination in the European Union*. Consultado em Julho 28, 2010, disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_263_sum_en.pdf
- Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social (2007). *Modelos e práticas formativas facilitadoras de empregabilidade e sustentabilidade do emprego da pessoa com deficiência*. Lisboa: FENACERCI.

- Fernandes, C. (2007) Empregabilidade e diversidade no mercado de trabalho: a inserção profissional de pessoas com deficiência. In: Direcção-Geral de Estudos, Estatísticas e Planeamento (Ed.). *Cadernos Sociedade e Trabalho: Vol. 8. Integração das pessoas com deficiência*. (pp. 101-114). Lisboa: DGEEP.
- Ferreira, M. (2000). *Deficiência mental e preconceito ou "...É que narciso acha feio o que não é espelho"* (Caetano Veloso). Psicopedagogia OnLine. Consultado em Outubro 15, 2008, disponível em <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=277>
- Fonseca, V. (1997). *Educação Especial - Programa de Estimulação Precoce*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Gibbons, F. (1981) The social psychology of mental retardation: What's in a label?. In: S. Brehm & F. Gibbons (Eds.), *Developmental social psychology: theory and research* (pp. 249-270). New York: Oxford University Press.
- Goffman, E. (1980). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GRACE, (2005). *A Integração de pessoas com deficiência nas empresas: como actuar*. Lisboa: GRACE.
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (2003). Pessoas com deficiência e o trabalho: Programas e medidas de apoio. Consultado em Julho 24, 2010, disponível em <http://www.iefp.pt/apoios/empresas/reabilitacao/docs/Documents/As%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20e%20o%20Trabalho/PESSOAS%20COM%20DEFICIENCIA%20E%20O%20TRABALHO%20-%20MANUAL.pdf>.
- Instituto Nacional de Estatística (2002). Censos 2001: *Análise de pessoas com deficiência*. Consultado em Novembro 5, 2008, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=71004&DESTAQUESmodo=2
- Kirk, S. A. & Gallagher, J. J. (1996). *Educação da criança excepcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- Manzini, E. J. (2006). Inclusão de pessoas com deficiência mental no trabalho. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 12 (2), 291-292
- Marsh, A & Sahin-Dikmen, M. (2003) Eurobaromètre 57.0. *Discrimination in Europe*. Consultado em Dezembro 8, 2008, disponível em http://ec.europa.eu/employment_social/publications/2003/cev403001_en.pdf
- Martins, M. A. D. (2001). Deficiência mental e desempenho profissional. Lisboa: Secretaria Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, (2006). Centro Novas Oportunidades dirigido a deficientes mentais. Consultado em Dezembro 14, 2008, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/Portal/Print.aspx?guid=%7B03E3D595-05D6-46A6-87BE-F62E80AB67AA%7D>
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006). Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade - 1º Relatório de Avaliação Anual. Consultado em Julho 24, 2010, disponível em <http://www.inr.pt/content/1/306/plano-acciao-para-integracao-das-pessoas-com-deficiencias-incapacidade-relatorio-avaliacao-anual>
- Miguel, A., Franco, Marafonas, Loupa, Reis & Gaspar, (2000). *Deficiência Mental: uma abordagem técnica à formação profissional e socioprofissional*. Cacém: Texto 2000.
- Mota, J. R. (2008). *Representações sociais da deficiência mental: Transição do sistema educativo para a vida activa*. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr e S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Londres: Academic Press.
- OED (n.d.) Existe lugar para a diferença. Consultado em Setembro 5, 2010, disponível em <http://ad13336a.hosting.net.vodafone.pt/OED.htm>
- Omote, S.A. (1994). *Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 1 (2), 65-73.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2003). *Classificação internacional de funcionalidades incapacidade e saúde* (CIF). Consultado em Dezembro 10, 2008, disponível em <http://www.dgicd.min-edu.pt/fichdown/ensinoespecial/CIF1.pdf>
- Pacheco, D.B. & Valência, R.P. (1997). A deficiência mental. 209-223. In: R. Bautista. (Org.) *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.
- Paicheler, H., Beaufils, B. & Ravaud, J. F. (1987). Personnalisation et stigmatization sociale. In J.L. Beauvois, R.V. Joule & J.M. Monteil (Eds.), *Perspectives cognitives et conduites sociales* (vol. 1, pp. 45-61). Fribourg: Delval.
- Pereira; S. D. P. (2010). Representações sociais da deficiência mental e integração socioprofissional. Dissertação de Mestrado: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Reis, J.A., & Peixoto, L.M. (1999). *A Deficiência Mental: Causas Características Intervenção*. Braga: APPACDM Distrital de Braga.
- Rosa, A. (2007). A Responsabilidade das empresas no combate à discriminação de pessoas com deficiência. *Dirigir*, 98, 24-28.
- Saeta, B. R. P. O (1999). Contexto Social e a Deficiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(1), 51-55.

- Sotelo, J. (2008). The challenge of mental disability. *Salud Pública de México*, 50 (2), 121-S121.
- Turner, J. (1982) Towards a Cognitive Redefinition of the Social Group. In H. Tajfel (Ed) *Social Identity and Intergroup Relation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vala, . (1981). Grupos sociais e representação social da violência. *Psicologia*, 2 (4), 329-342.
- Vala, J.(2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In: M., Monteiro, J., Vala (Eds.), *Psicologia social* (4^a ed., pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim, J. (2003). *Identidade e lusofonia nas representações sociais de portuguesas e de africanos*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.

Anexos

- Questionário

- Tabelas

Tabelas A – Características da amostra

Tabelas B – À-vontade na presença de um deficiente mental

Tabelas C – Respostas às questões de associação livre

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade de Coimbra

Curso:	Ano:	Idade:	Sexo:
Estudante ____	Trabalhador-estudante ____	Nacionalidade:	

Este questionário insere-se num estudo sobre as representações sociais da deficiência mental. Todas as respostas são anónimas e os dados serão tratados de modo colectivo na mais estrita confidencialidade. Pedimos-lhe que responda às seguintes questões com sinceridade (não havendo boas ou más respostas) e pela ordem em que se apresentam.

Agradecemos desde já a sua colaboração

O que caracteriza uma pessoa com deficiência mental?

Escreva, pelo menos, cinco palavras ou frases curtas que, na sua opinião, caracterizem uma pessoa com deficiência mental.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____

O que caracteriza uma pessoa com êxito profissional e pessoal?

Indique, pelo menos, cinco palavras ou frases curtas que, na sua opinião, permitam caracterizar uma pessoa bem sucedida ou com êxito a nível profissional e pessoal.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____

7.

Pense numa pessoa que conhece bem e caracterize-a.

Escreva, pelo menos, cinco palavras ou frases curtas que permitam caracterizar essa pessoa.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

O que acha que caracteriza o processo de transição de pessoas deficientes mentais da escola para o mundo de trabalho?

Indique, pelo menos, cinco palavras ou frases curtas que, na sua opinião, caracterizam este processo.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

De seguida serão apresentados alguns pares de características opostas, numa escala de 7 pontos. Pedimos-lhe que em cada linha assinale o número que mais se adequa a uma pessoa com deficiência mental.

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco inteligente								Muito Inteligente
Emocionalmente instável								Emocionalmente estável
Dependente								Independente
Introvertido								Extrovertido
Irresponsável								Responsável
Duro								Meigo
Muito Confiante								Pouco Confiante
Realista								Sonhador
Ingénuo								Perspícaz
Conservador								Liberal
Carácter Incontrolado								Carácter Controlado
Dependente do Grupo								Independente do Grupo
Relaxado								Tenso
Inconstante								Constante
Insensível								Sensível
Muito ciumento								Pouco ciumento
Submisso								Autoritário
Frio								Caloroso
Passivo								Espírito de Iniciativa
Espírito Concreto								Espírito Abstracto
Liga à opinião dos outros								Não liga à opinião dos outros
Impulsivo								Prudente
Tendência para a frustração								Pouca tendência para a frustração
Convencional								Espírito crítico
Muita auto-confiança								Pouca auto-confiança
Tímido								Aventureiro
Reservado								Aberto

De seguida serão apresentados alguns pares de características opostas, numa escala de 7 pontos. Pedimos-lhe que em cada linha assinale o número que mais se adequa a uma pessoa com sucesso profissional e pessoal.

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco inteligente								Muito Inteligente
Emocionalmente instável								Emocionalmente estável
Dependente								Independente
Introvertido								Extrovertido
Irresponsável								Responsável
Duro								Meigo
Muito Confiante								Pouco Confiante
Realista								Sonhador
Ingénuo								Perspícaz
Conservador								Liberal
Carácter Incontrolado								Carácter Controlado
Dependente do Grupo								Independente do Grupo
Relaxado								Tenso
Inconstante								Constante
Insensível								Sensível
Muito ciumento								Pouco ciumento
Submisso								Autoritário
Frio								Caloroso
Passivo								Espírito de Iniciativa
Espírito Concreto								Espírito Abstracto
Liga à opinião dos outros								Não liga à opinião dos outros
Impulsivo								Prudente
Tendência para a frustração								Pouca tendência para a frustração
Convencional								Espírito crítico
Muita auto-confiança								Pouca auto-confiança
Tímido								Aventureiro
Reservado								Aberto

De seguida serão apresentados alguns pares de características opostas, numa escala de 7 pontos. Pedimos-lhe que em cada linha assinale o número que mais se adequa a uma pessoa que conhece bem.

	1	2	3	4	5	6	7	
Pouco inteligente								Muito Inteligente
Emocionalmente instável								Emocionalmente estável
Dependente								Independente
Introvertido								Extrovertido
Irresponsável								Responsável
Duro								Meigo
Muito Confiante								Pouco Confiante
Realista								Sonhador
Ingénuo								Perspícaz
Conservador								Liberal
Carácter Incontrolado								Carácter Controlado
Dependente do Grupo								Independente do Grupo
Relaxado								Tenso
Inconstante								Constante
Insensível								Sensível
Muito ciumento								Pouco ciumento
Submisso								Autoritário
Frio								Caloroso
Passivo								Espírito de Iniciativa
Espírito Concreto								Espírito Abstracto
Liga à opinião dos outros								Não liga à opinião dos outros
Impulsivo								Prudente
Tendência para a frustração								Pouca tendência para a frustração
Convencional								Espírito crítico
Muita auto-confiança								Pouca auto-confiança
Tímido								Aventureiro
Reservado								Aberto

Conhece alguém deficiente mental? Não ___; Sim ___

Se respondeu “sim”, indique a alternativa que se aplica e com que frequência contacta com essa pessoa?

	Todos os dias	Várias vezes por semana	Várias vezes por mês	Uma vez por mês ou menos
Um membro da sua família				
Um(a) amigo(a)				
Um(a) conhecido(a)				
Um(a) vizinho(a)				

Geralmente, até que ponto se sente à vontade na presença de uma pessoa deficiente mental?

Nada à vontade	Pouco à vontade	Muito à vontade	Completamente à vontade

Até que ponto é que acha que, no geral, as outras pessoas se sentem à vontade na presença de uma pessoa deficiente mental?

Nada à vontade	Pouco à vontade	Muito à vontade	Completamente à vontade

De seguida, descrevemos, brevemente, algumas pessoas. Por favor, leia cada descrição e coloque um X no quadrado da direita que mostre até que ponto é que a pessoa descrita é, ou não, como você.

	Nada parecida comigo	Não é parecida comigo	Um pouco parecida comigo	Um bocado como eu	Como eu	Muito parecida comigo
Ter novas ideias e ser criativa/o é importante para ela/e. Ela/e gosta de fazer as coisas à sua maneira, de forma original.						

<p>É importante para ela/e ser rica/o. Ela/e quer ter muito dinheiro e coisas caras.</p>						
<p>Ela/e pensa que é importante que todas as pessoas no mundo sejam tratadas de forma igual. Ela/e acredita que cada um deve ter oportunidades iguais na vida.</p>						
<p>É importante para ela/e mostrar as suas capacidades. Ela/e quer que as pessoas a/o admirem aquilo que faz.</p>						
<p>É importante para ela/e viver num ambiente seguro. Ela/e evita tudo o que possa pôr em perigo a sua segurança.</p>						
<p>Ela/e gosta de surpresas e está sempre à procura de novas coisas para fazer. Ela/e acha que é importante fazer uma série de coisas diferentes na vida.</p>						
<p>Ela/e acredita que as pessoas devem fazer o que lhes dizem para fazer. Ela/e acha que as pessoas devem seguir regras em qualquer situação, mesmo quando ninguém está a ver.</p>						
<p>É importante para ela/e ouvir as pessoas que são diferentes dela/e. Mesmo quando discorda delas, continua a querer compreendê-las.</p>						

É importante para ela/e ser humilde e modesta/o. Ela/e procura não chamar a atenção sobre si própria/o.						
Saborear os prazeres da vida é importante para ela/e. Ela/e gosta de se mimar a si própria/o.						

É importante para ela/e tomar as suas próprias decisões sobre o que faz. Gosta de ser livre e de não ter que depender dos outros.						
É muito importante para ela/e ajudar as pessoas à sua volta. Ela/e quer cuidar do bem estar delas.						
Ter muito sucesso é importante para ela/e. Ela/e espera que as pessoas reconheçam o que faz.						
É importante para ela/e que o governo assegure a sua segurança contra todas as ameaças. Ela quer que o Estado seja forte para que possa defender os seus cidadãos.						
Ela/e procura aventuras e gosta de correr riscos. Ela/e quer ter uma vida entusiasmante.						
É importante para ela/e comportar-se sempre de forma correcta. Ela/e quer evitar fazer qualquer coisa que as pessoas possam dizer que é						

errado.						
É importante para ela/e que os outros a/o respeitem. Ela/e quer que as pessoas façam o que ela diz.						
É importante para ela/e ser leal aos seus amigos. Ela quer dedicar-se às pessoas que lhe são próximas.						
Ela/e acredita fortemente que as pessoas devem proteger a natureza. Cuidar do ambiente é importante para ela/e.						
A religião é importante para ela/e. Ela/e procura viver de acordo com as suas convicções religiosas.						
Ela/e procura todas as oportunidades que pode para se divertir. Para ela/e é importante fazer coisas que lhe dêem prazer.						

Tabelas A – Características da Amostra**Tabela A1. Curso**

Curso	Frequência	Porcentagem %
Serviço Social	40	43,48
Psicologia	52	56,55
Total	92	100

Tabela A2. Idade

Idade	Média
Anos	21

Tabela A3. Género

Género	Frequência	Porcentagem %
Feminino	83	90,22
Masculino	9	9,78
Total	92	100

Tabela A4. Estatuto

Estatuto	Frequência	Porcentagem %
Estudante	82	89,3
Trabalhador-Estudante	10	10,87
Total	92	100

Tabela A5. “Conhece alguém deficiente mental?”

DM Conhecido	Frequência	Porcentagem %
Sim	39	42,39
Não	53	57,61
Total	92	100

Tabelas B – À vontade na presença de um deficiente

Tabela B1 – Distribuição das respostas sobre o à-vontade do próprio respondente

À-vontade	Frequência	Porcentagem %
Nada à vontade		
Pouco à vontade	22	23,91
Muito à vontade	52	56,52
Completamente à vontade	17	18,48
Total	91	98,91
Não resposta	1	1,08
Total	92	100

Tabela B2 – Distribuição das respostas sobre o à-vontade das outras pessoas na opinião do respondente

À-vontade	Frequência	Porcentagem %
Nada à vontade	7	7,61
Pouco à vontade	74	80,43
Muito à vontade	10	10,87
Completamente à vontade		
Total	91	98,91
Não resposta	1	1,08
Total	92	100

Tabelas C – Respostas às questões abertas de associação livre

Tabela C1. “Características associadas a uma pessoa com deficiência mental”

Característica	Frequência
Dependente	47
Limitado	25
Diferente	19
Incapacidade	11
Sensível	9
Excluído Socialmente	8
Dificuldades de Aprendizagem	8
Doença	7
Ingénuo	7
Dificuldades	7
Meigo	6
Inconstante	6
Reservado	5
Dificuldades Motoras	5
Incapacidade Motora	5
Impulsivo	4
Discriminado	4
Vulnerabilidade	4
Lutador	4
Atraso	4
Atraso Mental	4
Emocionalmente Instável	4
Pouca Auto-Confiança	4
Menor Tempo de Reacção	4
Segregado pela Sociedade	4
Sonhador	3
Amigável	3
Problema	3
Esforçado	3
Rejeição	3
Submisso	3
Instável	3
Tímido	3
Imaturidade	3
Especial	3
Défice Cognitivo	3
Dificuldade de Comunicação	3
Défice na fala	3
Pouco perspicaz	2
Coragem	2
Carinhoso	2

Tabela C2. "Características associadas a uma pessoa com êxito pessoal e profissional"

Característica	Frequência
Inteligente	33
Feliz	25
Trabalhador	23
Realizado	22
Perspícaz	16
Responsabilidade	15
Lutador	12
Empenhado	11
Persistência	11
Confiante	10
Ambição	9
Boa auto-estima	9
Determinado	7
Esforçado	7
Motivado	7
Decidido	6
Forte	6
Qualidade de Vida	6
Sucesso	6
Autonomia	5
Com objectivos	5
Concretizado	5
Eficácia	5
Eficiência	5
Espírito de iniciativa	5
Independente	5
Auto-confiante	4
Bem Sucedido	4
Competente	4
Faz o que gosta	4
Reconhecimento	4
Rico	4
Satisfação	4
Sensível	4
Sociável	4
Útil	4
Amigável	3
Auto-conhecimento	3
Bem-estar	3
Boas relações interpessoais	3
Capacidade de Comunicação	3
Empreendedor	3

Tabela C3. "Características associadas a uma pessoa que se conhece bem"

Característica	Frequência
Inteligente	33
Amigo	30
Simpático	29
Trabalhador	18
Teimoso	18
Carinhoso	18
Divertido	18
Sincero	15
Meigo	13
Responsável	12
Lutador	10
Sensível	10
Extrovertido	8
Atencioso	7
Determinado	6
Alegre	6
Bonito	6
Auto-confiante	5
Humilde	5
Conselheiro	5
Atento	5
Sentido de humor	5
Companheiro	4
Compreensivo	4
Dedicado	4
Prestável	4
Persistente	4
Disponível para ajudar	4
Exigente	4
Justo	4
Decidido	4
Amável	4
Solidário	4
Feliz	4
Corajoso	4
Orgulhoso	3
Aventureiro	3
Independente	3
Verdade	3
Boa pessoa	3
Bom ouvinte	3
Amoroso	3

Tabela C4. “Características associadas ao processo de transição de deficientes mentais para o mercado de trabalho”

Característica	Frequência
Difícil	37
Dificuldades	14
Complicado	13
Discriminação	13
Preconceito	10
Muito esforço	10
Dificuldades de integração/Adaptação	9
Necessidade de Adaptação	9
Incompreensão	8
Luta	7
Mudança	6
Necessidade de Ajuda	6
Persistência	6
Rejeição	5
Integração	5
Moroso	5
Coragem	5
Importante	4
Frustração	4
Demorado	4
Difícil Aceitação	4
Intolerância	4
Diferença	4
Complexo	4
Medo	4
Aprendizagem	4
Positivo	4
Exclusão	3
Longo	3
Empenho	3
Acompanhamento	3
Insegurança	3
Igualdade	3
Boa Vontade	3
Força de Vontade	3
Duro	3
Falta de Oportunidades	3
Dependência	3
Sacrifício	3
Inseguro	3
Desenvolvimento	3
Ultrapassar barreiras	2

